O MASSACRE DOS POSSEIROS

conflito de terras no Araguaia · Tocantins

RICARDO KOTSCHO

2.ª edição

PRÊMIO VLADIMIR HERZOG DE IMPRENSA - 1981

editora brasiliense

RICARDO KOTSCHO

O MASSACRE DOS POSSEIROS

(Conflitos de terras no Araguaia-Tocantins)

Prefácio: José de Souza Martins

Fotos: U. Dettmar

1ª edição 1981
2ª edição

brasiliense
1982

centenário de monteiro lobato

Copyright © Ricardo Kotscho

Capa:

Roberto Strauss

Foto de Capa:

U. Dettmar

Revisão:

Marilene F.B. de Lima
José E. de Andrade

editora brasiliense s. a.
01223 — r. general jardim, 160
são paulo — brasil

Para
Nikolaus Kotscho
e Elisabeth Kotscho,
meus pais.

Indice

Prefácio 9
Apresentação 13
Limpando a área 15
A rotina dos conflitos 29
O bombardeio de Sampaio 45
A região e seus personagens 57
Satu e a saga dos posseiros 69
O fim do último Quilombo? 81
A nostalgia do senador biônico 93
O bispo no centro do conflito 103

PREFÁCIO

Este livro reúne as reportagens que Ricardo Kotscho, com fotografias de U. Dettmar, publicou há pouco tempo, em sucessivas edições, na *Folha de S. Paulo*, sobre a ação do GETAT — Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins — e a violência contra os camponeses daquela região. É um livro duro, seco, direto, como as situações que descreve. Situações de aguda violência contra os pobres do campo, que aos poucos vão descrendo das instituições públicas que supostamente existem para garantir a igualdade de direitos e os princípios da cidadania, o respeito à vida e à pessoa, ao direito de trabalho e de sobrevivência. Os que cometem tais violências são justamente ilustres figuras da República, através de uma cadeia de interesses e de relações que vai do senador, do deputado, do ministro, até do oficial, ao juiz, ao delegado de polícia, ao policial, ao soldado, ao oficial de justiça. ao jagunço, ao pistoleiro profissional. Um retrato espantoso de banditismo acobertado por um infernal aparato de poder e pela certeza da impunidade.

Os que assim se beneficiam do poder, na sua voracidade de riquezas e de mando, não se dão conta de que estão destruindo as frágeis estruturas políticas do país, desmoralizando-as, ou o que delas resta. Esses são os

subversivos que o país precisa conhecer, alguns dos quais aqui retratados sem complacência. Subversivos não são os peões e os posseiros pobres do Araguaia e do Tocantins, nem os agentes sindicais que efetivamente os representam, nem os sacerdotes, as religiosas, os agentes de pastoral, os bispos, que nessa área arriscam diariamente a vida na defesa dos direitos, da vida e da dignidade dos trabalhadores da terra e dos índios.

Subversiva é a escandalosa demonstração de prepotência e de burrice levada a efeito no povoado de Sampaio por um certo major "Curió" com tropas que deveriam estar a serviço da nação, no seqüestro de Nicola Arpone, na prisão dos padres Aristides e Chico, no arrestamento de posseiros que não dispõem de outra arma, na verdade ferramenta, que não seja a espingarda de caça, o terçado de folha ou a força dos braços. Como subversiva é a ação do juiz-grileiro que decide em causa própria, do funcionário, do oficial de justiça, do soldado ou do policial que não se pejam de servir como força de cobertura para bandos de jagunços que expulsam, que queimam casas, que destroem roças dos trabalhadores.

Esses temas deveriam estar todos os dias nas páginas dos nossos jornais. Não estão. Quando muito um décimo dos conflitos graves que hoje grassam na região do Araguaia-Tocantins, no Maranhão, no Pará, no Mato Grosso, na Bahia, na Paraíba, no Acre, no Rio de Janeiro, no Paraná, no Rio Grande do Sul, chega ao noticiário dos jornais. Hoje quem quiser saber o que está acontecendo no campo tem que ler essa centena de boletins mimeografados, publicados a duras penas no interior do país inteiro, que registram a história do povo no dia-a-dia. Ou então contar com a surpresa de reportagens corajosas e esclarecedoras, como estas. Em levantamento recente, parcial e incompleto devido às

dificuldades para reunir todas as informações, a Comissão Pastoral da Terra arrolou quase mil conflitos e litígios em todo o país, iniciados entre janeiro de 1980 e julho de 1981. Mais de 250 mil famílias envolvidas, mais de um milhão e meio de pessoas vitimadas por ameaças e violências. Quase 40 pessoas mortas, de que se tem notícia, geralmente das lideranças camponesas, sem apuração de responsabilidades, sem identificação dos criminosos. No próprio Araguaia, a perda de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, um trabalhador franzino e corajoso, que a pedido dos seus companheiros disputava a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia a um pelego apoiado e sutentado pelas forças oficiais e pelo poder brutal do próprio GETAT, um órgão diretamente subordinado ao Conselho de Segurança Nacional. As autoridades, que têm sido tão expeditas para perseguir e humilhar Oneide, a viúva de Gringo, essa corajosa mulher que não se abate com as violências sofridas, até hoje não tiveram a decência de entregar-lhe o atestado de óbito do marido, assassinado em Araguaína, de que necessita para receber a pensão para o sustento dos seis filhos órfãos de pai.

Esses temas deveriam estar todos os dias na nossa consciência. Não estão. Estamos demasiadamente ócupados com o nosso mundinho urbano, como é natural, com as disputas político-ideológicas entre as nossas mais de duas dezenas de tendências, com a questão eleitoral. O país se desenvolve e se dilacera. E nós achamos que não. E não vemos as favelas se enchendo com os pobres do campo, os expulsos da terra, as cidades inchando, a fome grassando, as mãos estendidas se multiplicando, as injustiças crescendo, os mitos mais essenciais à sustentação da sociedade capitalista se deteriorando pela ação cotidiana nefasta desses "heróis" do capitalismo aqui de baixo, os "pioneiros", os desenvolvedores, os

falsos patriotas do "ame-o ou deixe-o", os ilustres incompetentes da República. Mal sabemos o que se passa. Temos muitas teorias importadas de não sei quantos lugares, desenvolvidas por não sei quantas cabeças irrefutáveis, para mostrar por *a-mais-b* que a realidade cruamente retratada neste livro não existe ou, se existe, não tem importância. Enquanto isso os conflitos vão crescendo. O número de vítimas — homens, mulheres e crianças — vai aumentando. No fundo da mata há choro e ranger de dentes — há fome e sede de justiça, no fundo da mata.

São Paulo, outubro de 1981

José de Souza Martins

APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi escrito para a *Folha de S. Paulo* em novembro de 1980 e parcialmente publicado em agosto de 1981. Antes e depois de uma viagem de mais de 7 mil quilômetros pela região dos conflitos, procurei obter a versão oficial do governo, inutilmente. A demora na publicação da matéria se deveu à recusa do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (*Getat*) em responder até mesmo um questionário que foi deixado na sede do órgão, no Palácio do Planalto. Dias após a publicação da primeira reportagem da série, a Empresa Brasileira de Notícias (EBN) distribuiu uma nota, sem citar a matéria, em que acusa a Igreja pelos conflitos de terras. Na mesma linha, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) concedeu longa entrevista à *Folha*, que tornou mais tensas as relações Estado-Igreja. A situação hoje é, certamente, muito mais grave do que a relatada nesta reportagem. Peço que os leitores levem em conta as limitações inerentes a um trabalho jornalístico, executado no exíguo prazo de trinta dias. Os dramas causados pela questão da terra no Brasil não cabem numa reportagem, nem num livro. Espero apenas que este trabalho sirva para despertar mais consciências diante deste problema que considero o mais grave do Brasil dos nossos dias. E agradeço a ajuda que recebi dos companheiros Clóvis Rossi, autor da pauta desta reportagem; Ubirajara Dettmar, fotógrafo; Ferreirinha, motorista e canoeiro, e Adilson Laranjeira, chefe de reportagem da *Folha de S. Paulo*.

Outubro de 1981

Ricardo Kotscho

1. LIMPANDO A ÁREA

Culturas de subsistência de pequenos posseiros e reservas indígenas encravadas entre enormes fazendas de investidores nacionais e estrangeiros, que se dedicam à exploração de madeira e à criação de gado: é nesta conturbada área de 46 247 098 hectares, abrangendo 48 municípios do sudeste do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, onde se localizam os maiores depósitos de riquezas minerais e os mais graves conflitos fundiários do país, que o governo federal pretende criar o novo Território dos Carajás (ou do Tocantins).

O primeiro passo nesse sentido foi dado em fevereiro de 1980 com a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins — Getat — subordinado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, "com a finalidade de coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização das terras devolutas, por se tratar de uma região tumultuada, com fortes tensões sociais e uma gama de problemas das mais diversas origens".

Os estudos para a criação do novo Território ainda são mantidos em sigilo, mas os objetivos do governo com a criação do Getat são bastante claros, como pôde constatar a reportagem da "Folha" durante uma

viagem de 20 dias e mais de 6 mil quilômetros pela região: limpar a área para a implantação dos seus novos projetos.

Além dos já conhecidos planos para a exploração dos minérios da Serra dos Carajás, a ser executada por um Conselho Interministerial, há também o Programa de Desenvolvimento Integrado Araguaia/Tocantins — Prodiat — que prevê a produção na área do Getat de alimentos para 100 milhões de pessoas, destinados à exportação, em convênio com o BIRD.

Desta forma, o Getat surge como uma solução de emergência para aplacar a tensão social provocada pela disputa de terras que envolve posseiros antigos e novos, fazendeiros tradicionais e grandes grupos econômicos, índios e grileiros, jagunços e funcionários de agências do governo, juízes e policiais, órgãos de segurança e pistoleiros, garimpeiros e unidades militares, enquanto o Prodiat e o Projeto Carajás destinam-se a implantar uma nova ordem econômica na região.

Criado por determinação direta do presidente João Batista Figueiredo, preocupado com a multiplicação dos conflitos, o Getat, na verdade, tem exatamente as mesmas atribuições do Incra — ou seja, desenvolver projetos fundiários e titular terras devolutas ou em litígio. Só que, como explicou um importante funcionário do Getat, o novo órgão "tem muito mais poderes e mais recursos do que o Incra", já que está subordinado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional e, portanto, ao presidente da República.

Em outras palavras, o Getat, colocando-se acima dos demais órgãos federais e estaduais, constitui uma verdadeira intervenção federal na área para, dentro do menor prazo possível, "manu militari", se for preciso, acabar com os conflitos e abrir caminho para os projetos governamentais, ao mesmo tempo em que oferece a segurança exigida pelos grandes grupos econômicos.

nacionais e estrangeiros, que aportaram por estas bandas durante a última década, atraídos pelos incentivos fiscais e pelas riquezas destas terras ditas de ninguém.

Ocorre, porém, que havia gente. Além dos índios, habitavam estas terras posseiros antigos e também posseiros novos, chegantes das regiões de seca do Nordeste ou expulsos de outras terras, onde a febre desenvolvimentista chegara antes — e este pequeno detalhe não foi levado em conta nas siglas e projetos do governo, muito menos nos planos das chamadas empresas agropecuárias que, na maioria dos casos, se dedicam apenas à extração de madeira, abrindo desertos nas selvas. Não há dados exatos, mas calcula-se em torno de 500 mil o número de famílias de posseiros na região.

A primeira sigla ligada a essa nova descoberta do Brasil é a Spevea — Superintendência de Produção e Valorização Econômica da Amazônia, criada no início dos anos 60 — uma máquina burocrática inoperante e corrupta, destinada a colocar a serviço dos empresários do Sul recursos e incentivos na região Norte. Mas a Spevea não chegou a sair de Belém e Manaus. Foi apenas um ensaio para a criação da Sudam — Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — em 66, no auge da industrialização do país, quando ninguém planejava investir no campo.

Na esteira da sigla Sudam, vieram o Bradesco, o Banco Econômico, a Volkswagen, os Lunardelli, grandes grupos que recebiam terras e recursos do governo para levar o milagre econômico ao campo. A partir daí, início dos anos 70, desenvolve-se o mais trágico processo de grilagem, especulação e destruição organizada de famílias de posseiros que a nossa história jamais viu.

Ao mesmo tempo, o Nordeste sofre uma das piores secas de todos os tempos e, após uma viagem pelas áreas atingidas, o então presidente, general Garrastazu

Médici, decide desbravar a Amazônia, "a terra sem homens", a ser dividida entre "os homens sem terra". Vieram a Transamazônica e outras estradas rasgadas na selva, vieram os retirantes da seca do Nordeste e os lavradores que ficaram sem terras no Sul desenvolvido. Massas de lavradores expulsos de suas terras pela seca, pelos latifúndios ou simplesmente pela fome correm para o paraíso prometido.

Nesta corrida desesperada, surgem os primeiros conflitos nas cidades de Imperatriz, Santa Luzia e Assailândia, no Maranhão, e em São Domingos do Capim. no Pará. Grileiros incendeiam povoados, posseiros lutam pelas terras com índios guajajara, tembé e guajá. Lutam posseiros novos contra posseiros antigos, posseiros contra índios, fazendeiros contra posseiros. E as cercas de arame farpado dos grandes grupos, que continuam chegando — Nixdorf, Bamerindus, Aço Villares, etc. —, avançam celeremente.

Os latifundiários do Maranhão resistem e jogam os posseiros para mais longe, nas terras dos índios. Os novos posseiros chegam do Piauí, do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Paraná, e enfrentam uma antiga tradição de luta dos posseiros do Maranhão.

A Amazônia é tomada de assalto, o confronto é inevitável: do Sul, chegam os grandes grupos econômicos, com todo o apoio oficial, ocupando sua nova versão de sesmarias com violência, se necessário; do Nordeste, chegam os retirantes da seca, em busca de sobrevivência. Uns e outros encontrando no norte de Goiás, sul do Pará e oeste do Maranhão um conflito já antigo entre posseiros, grileiros e índios — um conflito que data do início das obras da Belém-Brasília, no fim da década de 50, quando Juscelino Kubitschek deflagrou a corrida para o Interior, para a conquista de um Brasil esquecido.

Mas será ao longo dos anos 70, com o asfaltamento da Belém-Brasília e a abertura de novas estradas, e tendo como pano de fundo a guerrilha do Araguaia, que se criam as condições para transformar essa terra antes esquecida no palco de um conflito que parece longe de chegar ao fim.

O Brasil velho erguido ao longo da costa litorânea, o Brasil desenvolvido do Sudeste, só tomaria conhecimento desta guerra que se travava pela conquista de um novo Brasil em 71, quando um bispo espanhol, de nome Pedro Casaldáliga, chegado ao país em 68, e três anos depois nomeado bispo de São Félix do Araguaia, divulgou uma carta pastoral — "Uma Igreja da Amazônia em conflito com a latifúndio e a marginalização social" — em que, pela primeira vez, denunciava os perigos da ocupação amazônica, sem nenhuma preocupação social.

O país vivia os anos negros da censura à Imprensa, a repressão estava no apogeu. Mesmo assim, a carta pastoral teve grande repercussão, pois se tratava da primeira denúncia contra a ação predatória e anti-social das grandes companhias financiadas pelo governo na Amazônia. A própria Igreja, que hoje encarna aos olhos do governo o papel de principal opositor a esta política, só a partir deste documento tomaria consciência do problema social na Amazônia. Até aí, o trabalho da Igreja limitava-se a dar assistência aos miseráveis, construir e manter escolas e hospitais, cuidar da catequese. sempre de mãos dadas com o latifúndio e o governo.

Esta posição da Igreja começa a mudar com o primeiro encontro dos bispos da Amazônia (Santarém, 1972), para discutir a construção da Transamazônica e suas conseqüências para a região. Um ano depois, por iniciativa de dom Tomás Balduíno, os bispos do

Centro-Oeste se reúnem em Goiânia e elaboram o documento "Marginalização de um povo".

Em junho de 75, finalmente, quando os bispos deste novo Brasil se encontravam novamente em Goiânia, para discutir o problema das migrações — conseqüência direta da questão fundiária — nascia a Comissão Pastoral da Terra. As discussões entre bispos da região, paralelamente aos encontros da CNBB, deixavam claro para eles que os conflitos não aconteciam por acaso, e eram conseqüência da política governamental para a Amazônia. Por isso, decidiu-se criar um organismo articulador, capaz de promover uma interligação entre as prelazias e dioceses da Amazônia.

O trabalho da CPT na região acabaria desaguando num polêmico documento da CNBB — "Igreja e problemas da terra" — divulgado em fevereiro de 80, e que delinearia os contornos de um novo confronto: Estado vs. Igreja.

Dias antes de a CNBB iniciar a sua reunião anual de Itaici, que produziria o documento "Igreja e problemas da terra" — no qual os bispos declaram seu apoio aos "esforços do homem do campo por uma autêntica Reforma Agrária, em várias oportunidades já definida, que lhe possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para seu cultivo" — o presidente da República ordenava a criação do Getat, que, na prática, se propõe a fazer exatamente o inverso.

No mesmo mês de fevereiro, porém, em que o Estado e a Igreja resolveram jogar suas cartas sobre a mesa, exatamente 10 anos depois de o governo do general Médici dar o tiro de partida para a corrida amazônica, um fato novo iria influir decisivamente para alterar o quadro da questão fundiária.

Trata-se da descoberta do garimpo de Serra Pelada, festejada com grande estardalhaço pelo governo e pelos órgãos de comunicação, dando início a uma nova cor-

rida. desta vez em busca do ouro. Acrescente-se a esse fato a cheia do início de 1980, que alagou cidades e plantações, mais a insegurança dos posseiros, sob constantes ameaças de terem de abandonar as terras que cultivaram, e se explicará como, em poucas semanas, além de Serra Pelada, outras dezenas de garimpos estavam coalhados de antigos posseiros. que largaram tudo para tentar a sorte grande.

Em agosto de 1980, calculava-se que cerca de 100 mil homens haviam abandonado suas terras. Os termômetros palacianos que registram a tensão social na área evidentemente mostraram um declínio na temperatura, na medida em que, com os posseiros entregues à garimpagem, diminuíam os focos de conflito, refluía a resistência pela posse da terra. Satisfeito com o que imaginava ser resultado dos trabalhos do órgão criado pelo governo em fevereiro, o general Danilo Venturini, chefe da Casa Militar, afirmava, em Brasília, que "o Getat é o grupo executivo que está funcionando melhor".

Brilhava novamente a estrela do inefável "major Curió", um ex-combatente das guerrilhas do Araguaia, assessor do Conselho de Segurança Nacional, que ultimamente se apresentava como "dr. Marco Antonio Luchini". Sem pertencer oficialmente ao Getat, "major Curió", nomeado inicialmente interventor federal no garimpo de Serra Pelada, onde logo havia 25 mil homens trabalhando, tornou-se uma espécie de vice-rei da região, onipresente em todas as áreas de conflito, agindo sempre com carta branca.

Promovido mais tarde a tenente-coronel, quando revelou ser Sebastião Rodrigues de Moura seu verdadeiro nome, "major Curió" passou a ser o correspondente do governo ao que representam, para a população pobre da região, religiosos como o missionário italiano Nicola Arpone: um homem que ajuda quem precisa.

Utilizando atualmente métodos radicalmente contrários aos que empregava durante os primeiros tempos do combate à guerrilha, quando posseiros foram perseguidos e torturados até a morte para indicar a localização dos guerrilheiros aos militares, "major Curió" é procurado hoje pelos mais humildes que procuram uma vaga no garimpo, um remédio, ou querem resolver uma briga de vizinhos por questões de terra.

Um seu colega de farda, funcionário do Getat, define essa nova postura dos militares na região: "Esta é uma área supercarente, um campo fértil para a subversão, porque a população sempre precisa de ajuda, venha de quem vier. Acontece que nós podemos resolver os problemas deles, e os subversivos não. Nós temos recursos, recebemos superpoderes para aliviar as tensões sociais".

Os subversivos, no caso, são religiosos como o missionário Arpone, seqüestrado por um helicóptero da FAB em julho de 1979 durante uma operação militar contra uma suposta guerrilha. Subversivos, para os militares, são alguns bispos e padres — cuja atuação se limita a denunciar as violências praticadas contra posseiros e índios e a orientá-los sobre os seus direitos — assim como dois advogados contratados pela CPT para auxiliá-los nos casos que se encontram na área judicial.

Religiosos como Arpone são considerados intrusos pelos militares, que se atribuíram a missão de resolver os problemas sociais e fundiários da região, embora contem para isso com a mesma estrutura administrativa e o mesmo pessoal do desmoralizado Incra, cerca de 700 funcionários que decidem quem fica com tal terra, sem que a cúpula do Getat tenha condições de fiscalizar seu trabalho.

A direção do Getat admite que só pode tomar providências contra abusos e corrupção a partir de denúncias que chegam ao órgão — e, geralmente, estas

denúncias são feitas por religiosos ligados à CPT. Daí o ódio generalizado nutrido por grileiros, pistoleiros, funcionários de órgãos públicos, policiais e magistrados arbitrários e desonestos contra religiosos e jornalistas, que divulgam suas denúncias.

"Major Curió" e o missionário Nicola Arpone são os dois homens mais conhecidos na região por seu trabalho junto às populações carentes, embora, evidentemente, por meios diferentes. Fala mansa, paciência para ouvir e um certo carisma são as características que esses dois representantes do Estado e da Igreja têm em comum. As semelhanças terminam aí. Enquanto "Curió" tem à sua disposição toda uma estrutura de transportes, comunicações, pessoal e, principalmente, poder, Arpone anda sempre sozinho, sem dinheiro, carregando apenas uma bolsa em que leva duas calças, uma escova de dentes e um caderno de anotações. Come onde lhe dão comida, dorme onde lhe dão pouso. Anda a pé ou de carona. Com três anos de Medicina, dá consultas e receita remédios por onde passa, mas seu principal trabalho consiste em despertar os posseiros para os seus direitos.

Assistentes sociais que trabalham para o governo ficam surpresos com as mudanças que notaram em alguns posseiros da região nestes últimos três anos: eles já não pedem favores ou esmolas, mas exigem seus direitos, mostrando um conhecimento da legislação que não possuíam antes. Mas o trabalho solitário de Arpone e alguns outros religiosos e agentes pastorais ainda constitui um grão de areia num oceano em que predominam o arbítrio sobre a lei, a violência sobre a razão, o poder do mais forte sobre os direitos dos antigos habitantes da região.

Osvaldo Alencar Rocha, um dos dois advogados contratados pela CPT para dar assistência aos posseiros, não alimenta ilusões: "O Getat veio mesmo para resol-

ver o problema da terra. Eu acredito que antes de 82 não haja mais conflitos de terra na região, porque até lá toda área estará titulada e na mão dos grandes grupos nacionais e estrangeiros. E os posseiros estarão engrossando as periferias das cidades em estado de completa marginalização social".

De fato, esse processo já foi desencadeado e parece irreversível: apesar do apoio recebido ultimamente de alguns setores da Igreja e das promessas do presidente Figueiredo — "já como candidato entendia que a terra deveria ser entregue àqueles que poderiam produzir alguma coisa para o nosso país, não deveriam continuar improdutivas nas mãos daqueles que apenas esperavam a sua valorização", disse ele em discurso pronunciado a 17 de outubro em Imperatriz, no Maranhão, durante a entrega de 600 títulos definitivos na área do Getat —, a verdade é que, atraídos pelo garimpo, ameaçados constantemente por grileiros, jagunços e pistoleiros, muitas vezes acompanhados de policiais e funcionários do governo, iludidos pela esperança de uma vida melhor na cidade, os posseiros estão vendendo suas terras por quantias irrisórias, ou simplesmente as abandonam com medo de morrer.

Em Conceição do Araguaia, tradicional zona de beligerância no sul do Pará, havia 43 conflitos identificados e cadastrados, no começo de 1979, como revelou o documento da CNBB. Seis meses depois, os conflitos já eram 55. No final do ano, eram mais de 80. No Estado do Maranhão, tradicionalmente chamado de o "Estado das terras livres", como lembra o documento dos bispos, foram arrolados, em 1979, 128 conflitos, algumas vezes envolvendo dezenas de famílias.

Esses números chegaram a cair pela metade, mas pergunta-se o que acontecerá quando a temporada das chuvas e das cheias dos rios tornar impraticável o trabalho em garimpos, como o de Serra Pelada, por suas

precaríssimas condições de segurança. Alguns poucos garimpeiros fizeram fortuna, é verdade, mas o que será feito de dezenas de milhares de outros homens, que nada plantaram e possivelmente, na volta, não encontrarão mais nem a terra nem a família que deixaram?

Muitos deles, que não encontraram ouro mas miséria no garimpo e perderam o pouco que tinham, acabaram engrossando o contingente de mão-de-obra de jagunços e pistoleiros, verdadeiros exércitos particulares organizados por fazendeiros e grileiros, semeando na região a violência e a insegurança, o medo e o ódio, num triste espetáculo de degradação humana. Expulsos sucessivamente de muitas terras, até chegar a este reduto da Amazônia Legal, que constituía uma espécie de última fronteira, milhares de famílias de posseiros fazem agora o trajeto inverso, erguendo barracos em pequenas cidades, que até há poucos anos não conheciam favelas — primeira escala dos que vão descendo Brasil abaixo, invadindo terrenos baldios em Goiânia, de onde são expulsos, até chegarem, finalmente, às metrópoles do Sudeste, onde hoje as pessoas se dedicam a pesquisar as causas da violência urbana.

No caminho, os retirantes dessas terras antes ricas e com muita água, água até demais, podem ver o deserto que vai sendo deixado pelo progresso à beira das estradas, por onde trafega o cortejo de caminhões carregados de madeira rumo aos portos do Sul. Em seu lugar fica o gado dos projetos agropecuários, triste ironia de uma região em que há mais farmácias do que açougues, onde quase ninguém tem recursos para comprar um quilo de carne e as crianças nunca tomaram um copo de leite na vida.

A verdade é que uma mudança radical na política do governo para a Amazônia afetaria seu próprio esquema de sustentação no poder. As alianças que levaram o atual regime ao poder permanecem e, enquanto

isso, instrumentos como o Incra ou seu sucedâneo Getat servem apenas como bombeiros, sem que sequer se arranhe a origem dos conflitos e dos problemas sociais, que são apenas transferidos para outras regiões.

O destino está selado. Na sua edição de 30 de outubro de 1980, o jornal "Araguaia", publicado em Araguaia, antecipa o futuro numa inocente notícia de primeira página sob o título "Curió dá garantias": "O interventor do recém-criado Território dos Carajás, major Luchini, garantiu aos garimpeiros de Serra Pelada que eles não perderão seus direitos (...)". Luchini agora é Sebastião Rodrigues de Moura, não mais major, mas tenente-coronel; o Território dos Carajás ainda não foi criado, nem "Curió" nomeado seu interventor. Mas, para quem ainda tem alguma dúvida, o "Araguaia" informa: "O major Curió (...) é a pessoa única e exclusiva que cuida dos problemas do sul do Pará e muita gente chega a dizer que é cunhado do presidente Figueiredo. A única coisa certa é que é o único líder da região". A notícia não foi desmentida.

2. A ROTINA DOS CONFLITOS

O telefone toca no gabinete do coronel Carneiro Leão, coordenador do Getat em Marabá. Quatro pistoleiros foram mortos durante um tiroteio com posseiros, que há dois anos resistem à tentativa do fazendeiro Rui Jacinto de retirá-los de terras da Gleba Marabá, a 36 quilômetros de Xinguara, a meio caminho entre Marabá e Conceição do Araguaia.

Tiroteios e mortes, em conseqüência de conflitos entre antigos posseiros e bandos de pistoleiros contratados por grileiros, fazem parte da rotina, não chegam a causar maiores transtornos no quartel-general do Getat instalado em Marabá. Apenas no período que vai de maio — quando o líder camponês Raimundo Ferreira Lima, o "Gringo", foi assassinado em Araguaia — a novembro de 1980, outras 32 pessoas morreram em conseqüência do conflito de terras.

As causas são sempre as mesmas, as histórias se repetem. Há quatro anos, 80 famílias de posseiros viviam tranqüilamente num lote da Gleba Marabá, quando apareceu pela primeira vez um homem de fora, cujo nome não recordam, dizendo-se dono daquelas terras. A juíza Emília Belém Pereira mandou chamar os envolvidos na disputa, deu ganho de causa aos posseiros e o pretenso proprietário desapareceu da área.

Dois anos depois, surge Rui Jacinto, um homem que se apresenta como "fazendeiro paulista", que alega ter comprado quatro lotes de 600 alqueires. "Quando chegamos aqui não tinha nada, nem picada na mata. Aí chegou esse homem, fazendo ameaças, mandando todo mundo sair dali porque a terra era dele", conta Creuza de Souza Oliveira, 39 anos, mulher de um dos posseiros, cinco filhos, todos mortos.

Amedrontados, alguns posseiros chegaram a vender suas terras para Jacinto, num total de 400 alqueires. Os que se recusaram a sair sofreram constantes ameaças, até que, em dezembro de 1979, Rui Jacinto apareceu pela primeira vez acompanhado de pistoleiros para "medir a área". Diante da resistência dos posseiros, casas foram derrubadas, plantações destruídas.

Um grupo de posseiros, no entanto, revidou ao ataque, obrigando um certo "Zezão", pistoleiro que foi contratado por Rui Jacinto para limpar a área, a se refugiar no mato. Relata Creuza que "Zezão" pagou 35 mil cruzeiros a policiais para que fossem buscá-lo no meio da mata. Depois disso, houve alguns meses de trégua.

Rui Jacinto só voltaria à área no dia 8 de outubro de 1980, acompanhado de funcionários do Getat, entre os quais um certo dr. Pedro, que se dizia encarregado pelo governo de fazer um levantamento das benfeitorias dos posseiros. Dois deles assinaram um papel em branco e outros cinco assinaram documentos cujo conteúdo desconheciam. Dos outros, dr. Pedro pegou apenas os nomes.

No dia seguinte, novamente acompanhado de funcionários do Getat, Rui Jacinto foi providenciar a mudança de um pistoleiro conhecido por "Baiano", que morava entre os posseiros e vinha sendo ameaçado por eles. E deixou um aviso: se os posseiros não deixassem

a área até o final do mês, contrataria mais pistoleiros para fazer o serviço.

Na quinta-feira, 6 de novembro, os próprios pistoleiros mandaram um recado, dando um prazo de 48 horas. Às duas horas da tarde do sábado, 8 de novembro, sete homens armados desceram de um jipe. Mas só tiveram tempo de dar três tiros. Alertados do ataque, dispostos a não entregar suas terras, 62 posseiros surgiram de todos os cantos com suas espingardas de caça. Quatro pistoleiros tombaram mortos, três conseguiram fugir, sendo que dois gravemente feridos. Um deles morreria também, três dias depois, num hospital em Conceição do Araguaia.

Rui Jacinto não desistiu. Mandou avisar que contrataria mais pistoleiros para um novo ataque, segundo ele "homens treinados no Paraguai". De fato, na terça-feira seguinte, surgiram na Gleba Marabá quatro homens armados de carabinas, dizendo que iam pescar. Desde então, 283 homens, mulheres e crianças estão embrenhados na mata, aguardando um novo ataque.

Um contingente da Polícia Federal esteve no lugar para investigar a responsabilidade pela morte dos pistoleiros e indagar se os posseiros aceitariam terras em outro lugar. Após uma breve reunião, os posseiros assumiram coletivamente a culpa pela morte dos pistoleiros e recusaram-se a trocar suas terras por outras.

Ninguém mais dormia de noite e, além dos posseiros, havia a ameaça de doenças, já que começara a estação das chuvas e famílias inteiras encontravam-se permanentemente ao relento. "Os pistoleiros moram em Xinguara e prometeram vingança. Tonim, o chefe deles, disse que recebeu 900 mil cruzeiros para limpar três áreas e não vai perder o dinheiro. Primeiro, ele queria tirar a gente, porque somos os mais fracos, para depois entrar nas outras áreas", explica a assustada

Creuza, que decidiu ir a Brasília para pedir ajuda ao Ministério da Justiça.

Mas suas esperanças são poucas, porque nesses casos as autoridades federais costumam devolver o caso aos seus representantes na região — no caso, o Getat. Pois foi do próprio dr. Pedro, do Getat, que Manuel Neris de Oliveira, marido de Creuza, ouviu o desafio: "Daqui a 20 dias nós vamos ver para onde a bola grande vai cair". Não 20, mas 30 dias depois, veio o ataque dos pistoleiros.

A experiência mostra que a bola grande cai sempre do mesmo lado, favorecendo os mais poderosos, mas ultimamente têm sido mais freqüentes as mortes de pistoleiros e jagunços. Isso se deve à constatação, segundo explica José Basílio Siqueira — o "Doza", uma das lideranças camponesas mais respeitadas da região —, de que "o Getat não resolve o problema dos posseiros, a não ser onde eles estão organizados. A vinda do Getat para a região não deixa de ser uma vitória do povo, mas se a gente mostra fraqueza eles tomam tudo mesmo. A atuação do Getat vai depender muito do nível de organização dos posseiros".

O episódio de Xinguara, no entanto, constitui ainda uma exceção dentro do quadro geral da região, onde lenta, segura e gradualmente os posseiros vão sendo expulsos de suas terras. A última ofensiva de 1980, que se tornaria conhecida como "operação limpeza", começou logo após o assassinato de Raimundo "Gringo", uma liderança camponesa de oposição, que ameaçava tomar o lugar de velhos pelegos ligados ao governo e aos latifundiários.

A operação começou na madrugada do dia 25 de julho no povoado de Sumauma, município de Sítio Novo, em Goiás, quando um destacamento da PM, acompanhado de um oficial de Justiça, a pretexto de cumprir um mandado judicial do juiz João Batista de

Castro Neto, de Araguaína, que determinava a citação de quatro lavradores, prenderam 22 homens e uma mulher, derrubaram duas casas, apreenderam armas de caça e proibiram os posseiros de voltarem ao trabalho nas plantações. Todos foram coagidos a assinar a citação, mesmo não constando seus nomes do mandado apresentado pelo oficial de Justiça. No mesmo dia, idêntica operação atingiu 20 lavradores no Centro dos Mulatos, em São Sebastião do Tocantins, e 11 lavradores na Feira do Soco, no município de Araguatins.

Estes fatos levaram o advogado Osvaldo de Alencar Rocha, contratado pela Comissão Pastoral da Terra, a impetrar um mandado de segurança contra o juiz João Batista de Castro Neto — uma providência praticamente inédita na região, já que os posseiros não dispõem de recursos ou informações sobre a legislação para defenderem seus direitos.

A maioria dos posseiros encontrava-se naquelas áreas há 10 anos, alguns há mais de 15. Baseado num mandado de manutenção de posse impetrado por Demerval Rodrigues da Cunha e Oliveira e sua mulher contra "Manoel de Tal" e "José de Tal", o juiz de Araguaia, sem audiência da parte contrária, concedeu liminarmente a manutenção pleiteada. Não encontrando "Manoel de Tal" e "José de Tal", que efetivamente não existem, o oficial de Justiça despejou, com uso de violência, nada menos de 10 famílias de posseiros no Centro dos Mulatos.

No povoado de Buriti, foram despejadas sete famílias, sendo que seis delas não eram sequer partes no processo. O mesmo ocorreu no povoado de Sumauma, onde o juiz concedeu liminarmente, sem audiência da parte contrária, manutenção de posse a favor de Edésio Ferreira de Souza, contra os lavradores Pedro Moreno, vulgo Pedrão, Francisco Mendes, Francisco Costa da Silva e Cezarão, pessoas não identificadas no povoado.

Mesmo assim, o oficial de Justiça, alegando cumprir ordens do juiz, despejou, com uso de violência, 26 famílias de posseiros.

"A ilegalidade do ato da autoridade coatora — afirma o advogado — torna-se ainda mais flagrante, ao constatar-se que a posse de terras dos impetrantes se encontra em áreas do município de Sítio Novo, que está sob ação discriminatória movida pelo Getat — Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins — na Justiça Federal em Goiânia e em áreas do município de Araguatins, cujos títulos foram anulados em ação própria junto ao Tribunal de Recursos, estando o processo em grau de recurso junto ao STF". O Tribunal de Justiça de Goiás concederia a liminar no mandado de segurança contra o juiz João Batista de Castro Neto no dia 18 de setembro.

Fazem parte do processo depoimentos de lavradores, dos quais extraímos alguns trechos:

"Eu, Francisco Vieira de Souza, residente em Sumauma, município de Sítio Novo, pai de família com quatro filhos, declaro que, dia 25 de julho de 1980, três policiais fardados e armados e o fazendeiro José Ferreira cercaram minha casa às 5 horas da manhã. Pelejaram para mim sair de casa, não quis sair, invadiram minha casa, apanharam minha espingarda e o facão. Pediram para mim de tirar os trens da casa, que era para queimar minha casa. Tirei minhas coisas, botei no terreiro, até poder levar para o povoado. Enquanto isso, os policiais ficaram me vigiando com armas na mão. Às 12 horas, eles foram almoçar e me levaram detido para a fazenda do sr. José Ferreira durante três horas, não me deram almoço. Me obrigaram durante a tarde a carregar minhas coisas, minha mulher grávida de sete meses levou um grande susto quando a polícia invadiu meu domicílio. Dia 29 de julho, a polícia voltou, 9 policiais andavam na rua, outros

andavam na fazenda, derrubaram minha casa. Atualmente estou arranchado numa casa provisória. Botaram um homem, que diz que é louco, para vigiar meu sítio".

"Eu, Jovino Alves Leotério, lavrador, domiciliado e residente em Sumauma, município de Sítio Novo, pai de família de três filhos, declaro que no dia 25 de julho de 1980, às 5 horas da manhã, estava pisando o arroz, me rodearam dentro de minha casa, com as armas em riba de mim. Pediram para calar a boca, falaram que esses padres que andam por aí não valem nada, um dia carregam a minha mulher e eu só fico para olhar, queriam notícias das espingardas que os padres tinham deixado em Sumauma, queriam saber onde estava o valentão daqui, falavam do Pedrão. Me levaram no quarto, tomaram minha espingarda, procuraram revólver em baixo de meu colchão, não encontraram. Me trouxeram para a fazenda, no caminho diziam no meio do caminho vamos te matar, eu ficava quietinho. Quando cheguei na fazenda, o José Ferreira diz que não tinha direito a mais nada, que é para desocupar a casa e queimar. Pedi um prazo, disse que não dava de jeito nenhum, que eu era teimoso. Passei o dia em baixo de ordem dele na fazenda. Éramos 21 homens e uma mulher. Às cinco da tarde nos despacharam. Dia 26 passei o dia todinho carregando meus trens para a casa do meu sogro. Dia 29 de julho tocaram fogo na minha casa, parece que foi o cabo de Axixá, segundo o professor de Santa Luzia, a quem o cabo contou".

"Eu, Joana Maria da Conceição, domiciliada e residente em São Miguel, município de Itaguatins, viúva, mãe de 10 filhos, brasileiros, lavradores, declaro: meu esposo, Manoel Ferreira da Silva, e eu, tínhamos uma posse de seis alqueires no sítio chamado 'Sete Barracos', dentro da 'Fazenda Jussara' de hoje, da-

quela que o dr. João Batista de Casto Neto se disse dono. Compramos esta posse em 1972 do sr. Pedro André, que era um antigo posseiro e que chegou lá o primeiro, quando tudo era mata virgem.

"Meu marido era doente e era meu filho mais velho, Raimundo Ferreira da Silva, que explorava a área da nossa posse. Tinha muitas benfeitorias, bananas, laranjas, mandioca, arroz, milho . . .

"Em 1976, o gerente do dr. João Batista de Castro Neto chegou com ordem para tomar nossa terra. O menino Raimundo falou que ele não deixava ele invadir. Logo depois o gerente chegou de novo com a polícia, quatro soldados, para prender meu filho Raimundo. Eles chegaram às 6 horas da manhã. Eles algemaram o Raimundo, levaram ele preso para Araguaína. Passou três dias e ele voltou na posse. Ele continuou a trabalhar.

"Em novembro de 1976, o dr. João Batista mandou de novo a polícia prender ele. Eles levaram Raimundo para a 'Fazenda Jussara' para assinar, obrigado, como invadidor da fazenda dele. O dr. João Batista estava lá. Para obrigar ele a assinar, eles jogaram ele na água, montaram sobre ele para fazer ele cair na água, derrubaram a casa dele sobre ele, e ele estava dentro com sua mulher e seu filho. Apanharam a mulher dele e levaram ela a São Miguel e levaram o Raimundo para Sete Barracos.

"O arroz e o milho o dr. João Batista colheu para ele.

"Logo depois, vendo os sofrimentos de nosso filho, meu marido morreu. Eu não morri porque resisti. Eu apelei para o governador para ter sossego. O governador tirou uma fotocópia e mandou para o dr. João Batista. O dr. João Batista chamou meu menino Antonio para ele ler a carta. Ele pediu quem tinha feito a carta. Meu menino respondeu que eu não sabia ler.

O dr. João Batista disse: 'É a professora, vou mandar dar uma pisa nela'.

"Meu filho se desertou. Se precisar, eu mando chamar ele".

Depoimentos como esses ouvem-se às centenas, aos milhares em toda a região. Raros são os que chegam ao conhecimento de religiosos ligados à CPT e, através deles, à imprensa. Estudos recentes — registra o documento da CNBB sobre questão fundiária — mostraram que a cada três dias, em média, os grandes jornais do Sudeste publicam uma notícia de conflito pela terra. Mas, na realidade, essas notícias correspondem a 10 por cento dos conflitos cadastrados pelo movimento sindical dos trabalhadores na agricultura.

A "operação limpeza" promovida pelo juiz de Araguaína, em conjunto com contingentes policiais, jagunços, pistoleiros, grileiros e fazendeiros, começou no dia 9 de setembro de 1980. Nesta operação, 30 soldados do município de Tocantinópolis, sob o comando do chefe da subárea do 3.º Batalhão da Polícia Militar, tenente Isaías, despejaram cerca de 200 famílias de suas posses nas localidades de Gibóia, Centro dos Carros, Santa Luzia, Juverlândia, Taubal, São Félix e Centro de Moacir, atingindo os municípios de Axixá, Itaguatins, São Sebastião do Tocantins e Araguatins, na região conhecida por Bico do Papagaio, no norte de Goiás. Dezenas de lavradores foram presos e permaneceram detidos nas casas de grileiros e supostos proprietários, como Crispim Batista de Morais e Geraldo Rosa, sendo obrigados a assinar documentos em branco e carteiras de agregados (o que dá direito aos fazendeiros-agregadores a expulsá-los das terras quando bem entenderem). Casas foram derrubadas ou queimadas, armas de caça e facões apreendidos, dois padres espancados e presos, vasculhada a casa de agentes pastorais.

Na manhã do dia 9 de setembro, a polícia invadiu o povoado de São Félix, município de Itaguatins, para expulsar posseiros da fazenda de Geraldo Rosa, responsável, segundo os lavradores, pelo desalojamento de mais de 160 famílias nos últimos anos. Muitos pais de família se internaram na mata e, uma semana depois, ainda estavam foragidos, ficando no povoado apenas mulheres desesperadas e crianças traumatizadas pela violência das cenas de espancamento.

O posseiro José Rubens de Souza Santos, sete filhos, há 20 anos vivendo do que planta naquela terra, conta que 60 famílias estão sendo despejadas pelo fazendeiro Geraldo Rosa. Com outros 13 posseiros, José Rubens foi preso e conduzido pela polícia para a fazenda de Rosa, onde permaneceram o dia todo sem comer ou beber. Ao ser liberado, depois de violentamente espancado, o posseiro recebeu a recomendação de "não abrir a boca", pois, do contrário, da próxima vez seria pior. Os posseiros Raimundo Ferreira Duarte e seu filho Edmar, presos no mesmo dia, contam que, depois de os atingir com violentos chutes, socos e coronhadas de fuzil, um sargento os obrigou a permanecer de joelhos em frente à sua casa por longo tempo.

"Prenderam a gente e levaram para a casa do grileiro. Queriam que nós assinássemos um documento que não se sabia o que era. Nós assinamos, mas, mesmo assim, nos bateram depois, não posso entender por quê", denuncia o posseiro Raimundo Mariano de Souza, outra vítima.

Edimilson Souza Lima, repórter do "Diário da Manhã", de Goiânia, que esteve no local durante a "operação limpeza", relata ter encontrado soldados e fazendeiros conversando ou dormindo em redes, enquanto em toda a extensão da parede da frente da casa de Geraldo Rosa repousavam, enfileirados, os fuzis. O soldado Olis Costa indagou por que a imprensa não ia

entrevistar os "subversivos da Igreja" que incentivam "esses vagabundos a invadirem propriedades alheias".

Geraldo Rosa explicou que possui, junto com outros sócios, três fazendas na área, totalizando 7 515 hectares, cada uma em nome de um dono diferente, "pois, como você sabe, o Getat não permite titular áreas muito grandes". Segundo ele, estavam derrubando apenas as casas de lavradores com menos de um ano na terra. Perguntado sobre como poderiam avaliar a idade dos ranchos, já que muitos moradores estavam foragidos na mata, Geraldo afirmou que, para isto, estava acompanhado de funcionários do Getat, "cuja experiência no assunto é tão grande que, numa simples observação das palhas da cobertura, podem dizer com precisão quase absoluta há quanto tempo a morada foi feita".

O fazendeiro Crispim Batista de Moraes, por sua vez, afirmou que aquela era a última vez que pedia a intervenção da Justiça: "Daqui para a frente matarei todos os que voltarem para a terra". O soldado Olis Costa completou: "Só depois de muita peia é que essa gente conserta".

No dia seguinte, 10 de setembro, o destacamento de 30 soldados comandados pelo tenente Isaías e pelo oficial de Justiça José de Castro, de Itaguatins, chegava ao povoado de Santa Luzia para fazer um outro despejo de lavradores, em cumprimento do mandado de manutenção de posse favorável a Crispim Batista de Moraes, expedido pelo juiz João Batista de Castro Neto.

Embora o mandado fosse de despejo, os policiais prenderam vinte posseiros e os conduziram até a sede da fazenda de Crispim. Em pânico, algumas mulheres correram até a paróquia de Axixá para solicitar a ajuda do padre polonês Janusz Orlowski (um ex-aluno do papa João Paulo II, recém-chegado ao Brasil). Acompanhado do frei francês Henri des Rosiens, padre Ja-

nusz foi até a fazenda. Com a ajuda de um agricultor, conhecido apenas por Antonio, chegaram à fazenda por volta das 10 horas da manhã, lá encontrando um forte contingente policial e cerca de 20 lavradores sendo pressionados, sob ameaças, a assinar carteiras de agregados.

Os comandantes da operação mostraram aos religiosos um mandado judicial com data de 25 de agosto, que finalizava acusando o missionário italiano Nicola Arpone e o próprio frei Henri de "responsáveis pela agitação na área". Frei Henri disse ao tenente Isaías que se sentia muito surpreso com aquele mandado, já que toda aquela região encontra-se em discriminatória, procedida pelo Getat e, portanto, sob jurisdição da Justiça Federal.

Mas o oficial de Justiça e os policiais não estavam ali para discutir a legalidade da sua operação; o soldado Olis Costa golpeou padre Janusz na cabeça com a coronha do fuzil e, em seguida, com as mãos para trás os dois religiosos foram violentamente jogados numa camionete C-10 de um dos fazendeiros presentes e conduzidos para o quartel da PM em Araguaína.

Lá permaneceram presos até as 23 horas, sob a guarda do comandante do batalhão, major Waltervan Luís Vieira, quando, após um telefonema do comandante da PM goiana, coronel Aníbal Coutinho, foram transferidos para a delegacia de polícia e, finalmente, liberados, com a recomendação de que não deixassem a cidade. No dia seguinte, chegariam a Araguaína o próprio coronel Aníbal Coutinho e o procurador da República, Gildo Ferraz, do Getat, que queriam conversar com os dois padres.

A reunião foi marcada para as 23 horas no quartel da PM de Araguaína. Além de Coutinho e Ferraz, encontravam-se presentes mais quatro ou cinco oficiais do Exército, oficiais da PM e três civis. Durante uma

hora, frei Henri procurou fazer ver às autoridades que o principal responsável pelos conflitos na região são os próprios órgãos do governo que expedem documentos superpostos de uma mesma área e também a conivência do aparelho judiciário com os grileiros.

Com efeito, conforme documentação fornecida à "Folha" pelo escritório do Getat em Marabá, são vários os casos de municípios incluídos nas áreas de conflito em que a área de imóveis cadastrados pelo Incra e outros órgãos do governo superam a área total destes municípios. Assim, Araguaína tem uma área total de 946 200 hectares e a área de imóveis cadastrados atinge a 1 157 562; para uma área total de 299 100 hectares, Araguatins tem 910 865 hectares de imóveis cadastrados; Axixá de Goiás tem 12 800 hectares de área e 45 199 hectares de imóveis cadastrados; Itaguatins tem uma área total de 222 400 hectares e 369 391 hectares de imóveis cadastrados.

O procurador da República Gildo Ferraz, diante desse fato, garantiu que, para o futuro, o Getat não mais expediria títulos sem uma vistoria prévia do local. Frei Henri, no entanto, demonstrou pouca confiança nessa promessa. Segundo ele, mesmo antes do Getat, a legislação já previa tal vistoria e nunca foi cumprida.

Frei Henri conta que, após esta observação, o coronel Coutinho e outros oficiais perderam totalmente o controle e, aos gritos, começaram a acusar os padres de "subversivos e agitadores". Sofrendo com o calor que faz na casa paroquial de Gurupi, onde relembra o episódio, frei Henri diz que "com essa queda no nível da discussão, eu não tive outra saída, senão me retirar da sala e deixar que as autoridades esbravejassem sozinhas". Do lado de fora, ele ainda pôde ouvir as ameaças dos oficiais, dizendo que era preciso "quebrar a cara e guardar esses padres presos".

Três dias depois dessa reunião, as mesmas autoridades foram conversar com os posseiros da região de

Axixá e, segundo frei Henri, puderam ver as casas queimadas. "Mas, enquanto eles estavam lá — afirma o frei — a polícia continuou fazendo despejos e praticando barbaridades um pouco mais longe."

Nem mesmo o vice-prefeito de Axixá, Francisco Alves Filho, 8 filhos, escapou da "operação limpeza". Seu relato:

"Fui pego às 5 horas da manhã do dia 10 de setembro na minha residência em Axixá. Fui levado para a fazenda do grileiro Crispim Batista de Morais, fiquei preso, sentado no chão. Às duas horas da tarde, chamei um sargento, falei que eram duas coisas que estava pelejando para acostumar. Pela primeira vez fui preso com 40 anos de idade. Além de preso, sem comer nem beber até duas horas da tarde. Tinha 16 pobres roceiros pegados na roça pela polícia, no mesmo sofrimento.

"Às 5 horas da tarde, o oficial de Justiça, apelidado Zé do Brejo, leu um ofício do senhor doutor juiz de Direito João Batista de Castro Neto para pegar assinaturas de todos esses pobres roceiros. Assinaram como nunca mais pisavam dentro das suas roças; na boca do fuzil, todos assinaram, todos se obrigaram.

"Depois que pegaram todas as assinaturas, o oficial da Justiça mandou todo mundo embora e o sr. grileiro Crispim falou claramente a todos os afligelados que desta vez tinha quebrado o galho dos afligelados, mas se eles penetrassem novamente, ele não ia fazer mais esse tamanho gasto. Ia só comprar balas e matar, que ele também era pistoleiro".

Entre chacotas dos fazendeiros e policiais, Francisco Alves Velho foi obrigado a lavar os pratos utilizados no almoço de seus carcereiros. No dia 14 de setembro, estas e outras denúncias foram enviadas numa carta dirigida ao ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. Desconhecem-se as providências. No mesmo dia 14, Crispim mandou queimar a casa do vice-prefeito.

3. O BOMBARDEIO DE SAMPAIO

Algumas mulheres lavam roúpa, outras cortam o cabelo das amigas, crianças nadam nas águas do Tocantins, os homens conversam na sombra de um galpão em frente ao sindicato.

É domingo, bate um sol forte no pequeno povoado de Sampaio, no norte de Goiás, entre a Belém-Brasília e a Transamazônica, um lugar escondido do mundo onde o tempo parece que parou, tal é o silêncio, só quebrado pelos passarinhos ou pelo choro das crianças com fome.

Não fossem uma cruz na beira do rio e as lembranças das 375 famílias que aqui moram, e os acontecimentos de julho de 1979 se teriam apagado definitivamente nas areias das praias do Tocantins, ainda não cobertas pelas águas nesta época de princípio de chuvas.

A cruz e as pessoas que a plantaram ali, ao final de uma procissão sem padres nem imagens de santos, lembram uma das mais dramáticas histórias da luta entre posseiros e grileiros por estas terras ao mesmo tempo miseráveis e bucólicas, ricas e cobiçadas: a operação militar de 23 de julho de 1979, quando o povoado quase foi varrido do mapa.

No alto da cruz, em forma de um rosário, estão

os estilhaços das bombas jogadas de um helicóptero militar cujos cinco ocupantes também dispararam rajadas de metralhadoras no Tocantins, antes de pousarem no povoado durante a "blitz" contra uma guerrilha imaginária.

Na operação, quatro líderes dos posseiros foram presos e um missionário italiano, Nicola Arpone, seqüestrado. O estrondo das bombas pôde ser ouvido num raio de muitos quilômetros e, em conseqüência, um velho lavrador morreu e três mulheres abortaram. Até hoje, tem gente em Sampaio que não dorme e tem gente que não consegue entender o que foi que aconteceu.

A saga dos posseiros de Sampaio começou em 77. Pressionados pelo grileiro Adistonia Resende Martins, que comprou uma antiga fazenda, algumas posses e decidiu incorporar as demais aos seus domínios, muitos posseiros começaram a deixar suas terras, por bem ou por mal. Apenas sete, já expulsos antes de outras terras, pela seca ou pela violência, resolveram "endurecer o cangote", como diz Ângelo Pereira da Silva, sexagenário, piauiense, seis filhos, presidente do Sindicato Rural de Sampaio, eleito por unanimidade.

Durante dois anos, ao contrário do que normalmente ocorre na região, as famílias desses posseiros recusaram-se a deixar suas terras, apesar das ameaças constantes feitas por funcionários do Incra, requisitados pelo latifundiário, segundo as denúncias do sindicato.

Foi o que bastou para que, tendo por base as denúncias feitas por Adistonia Resende Martins e outros grileiros e fazendeiros, em sua maioria vindos do sul do país, tivesse início em Sampaio a mais violenta operação militar dos anos recentes. Chegou-se a anunciar, na época, a "volta da guerrilha" e a acusar o

missionário italiano Nicola Arpone de ter fornecido armas a 250 posseiros.

Ao final da operação, nada se provou nem encontrou em Sampaio, além de lavradores miseráveis, muitos deles expulsos de suas terras, e rudimentares armas de caça. Identificado por alguns posseiros, que mais tarde o encontrariam no garimpo de Serra Pelada, como o comandante da operação, o major "Curió", hoje tenente-coronel Sebastião Moura, em conversa com religiosos, não só negou sua participação, como criticou a "blitz" efetuada em Sampaio. Seja como for, os episódios de Sampaio constituem um exemplo dramático de como o problema fundiário é enfrentado pelo governo em áreas de tensão social — a última fronteira, onde os homens expulsos de outras regiões buscam sua sobrevivência na terra, antes de engrossarem a população marginalizada dos centros urbanos.

Sempre que surge um foco de resistência de posseiros nas áreas de conflito de terras que se espalham ao longo da Belém-Brasília, da Transamazônica e da PA-70 (Marabá-Conceição do Araguaia) — as estradas abertas na selva pelos novos descobridores do Brasil — os órgãos de segurança tendem a atribuir a algum elemento estranho — geralmente, um religioso — a responsabilidade por aquilo que se convencionou chamar de "subversão".

Partindo do princípio de que os lavradores, quase todos retirantes nordestinos, são incapazes, indolentes e pacíficos, quando os novos senhores da terra encontram dificuldades para avançar seus domínios sobre as terras dos posseiros, como aconteceu em Sampaio, é porque eles foram insuflados e armados por homens qualificados genericamente de "comunistas" — talvez uma herança dos tempos da guerrilha e, certamente, uma fórmula eficiente de buscar o apoio dos órgãos de segurança.

No caso de Sampaio, procurou-se justificar a resistência de sete famílias de posseiros pela presença na região de um missionário italiano, de acentuada calvície, magro e barbudo — um "subversivo", enfim, um estrangeiro. Latifundiários, funcionários do Incra e dos órgãos de segurança não poderiam admitir que a determinação dos posseiros de permanecerem na terra, onde alguns se encontram há mais de 20 anos, pudesse ser obra de um lavrador sexagenário, Ângelo Pereira da Silva, um legítimo pau-de-arara.

Em 54, tangido pela seca que destruiu sua lavoura em Elesbão Veloso, no Piauí, ao invés de tomar o pau-de-arara rumo ao Sul, Ângelo foi para Goiás e parou primeiro em Araguaína, hoje a porteira da Belém-Brasília para a conflituosa região do "Bico do Papagaio", na confluência dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão. Trabalhou primeiro de vaqueiro para um pecuarista, que não lhe pagou o que foi tratado. A mulher adoeceu, foi trabalhar numa carvoaria.

Um genro o chamou para Buriti, perto de Bela Vista, onde havia "terra boa e sem dono". Mas o genro largou a mulher, começou a namorar com outra filha de Ângelo e, aborrecido, ele resolveu andar mais um pouco em busca de uma terra. Assim, veio parar em Sampaio, há pouco mais de 10 anos.

"A mata era absoluta, a terra não tinha dono, não tinha nada", lembra ele. Havia em Sampaio cerca de 100 famílias, vivendo da pesca e da lavoura (arroz, feijão, milho, abóbora). Na vazante do rio, plantavam até melancias, tinham um pouco de gado, galinhas, porcos. "Fome não tinha, não. Aqui era lugar de fartura", conta com saudade, à medida que sua casa vai ficando lotada de outros posseiros, todos de pé no chão, no chão de terra batida.

Com quatro companheiros, fez "uma aberturazinha na mata" e, em 72, já tinha uma lavoura boa.

Ninguém brigava por questão de terras. Só havia uma fazenda no lugar, a "Fazenda Vilázio". O dono morreu, a viúva casou com Domingo Marcaite, que logo a vendeu para um "homem do Sul", Adistonia Resende Martins. Adistonia resolveu ampliar a fazenda, comprou uma capoeira vizinha, depois outro pedaço de um posseiro e assim foi.

Nestas terras nunca houve papéis, nem limites certos. Quando finalmente o Incra desembarcou em Sampaio, Adistonia já se achava dono de tudo. "O senhor não é meu filho, não é meu pai, não lhe vendi nada, como é que pode dizer que comprou o lote todo?", perguntou Ângelo, em 77, início desta disputa.

No mês de julho, recorda o líder dos posseiros, "o doutor do Incra mandou suspender os serviços na lavoura e me intimaram para ir em Araguatins falar com o juiz. Eu fui. O juiz pediu para contar a minha história. Eu contei. Dezoito famílias foram desacatadas pelo grileiro, que vendeu as terras para outros, fazendo comércio, tirando as famílias dos posseiros".

Sete famílias ficaram, as outras se foram para Marabá, Roraima, "um monte de lugares nesse mundo de Deus. Era assim: ou vende a terra, ou tomam a terra. Muitos deram a terra por besteira, por causa de fraqueza ou medo de morrer", vai lembrando Ângelo.

"O doutor do Incra — diz — mentiu à vontade. Eu falei para o juiz: o senhor vai desculpar minha ignorância, porque todo sertanejo é ignorante, mas o senhor acha que eu, velho, carregado de filhos, eu vou vender um saco de arroz para poder vir aqui e depois mentir para o senhor? Este homem está mentindo".

Ângelo risca no chão da casa os limites da sua terra. Reproduz a conversa com o juiz, que lhe acabaria dando direito a 10 alqueires. "O doutor do Incra — disse ao juiz — não vai manter isso que nós acertamos. Aí vai ter paulada dentro da mata".

Não deu outra: poucos dias depois, Adistonia voltou para fazer ameaças, acompanhado de um fiscal do Incra e um outro elemento que Ângelo não sabe quem era, todos armados. "Fui obrigado a ser franco, falar com ele de homem para homem. Embora coragem não tivesse, a língua estava com coragem de dizer. E os homens vieram embora, a coisa aquietou por uns tempos".

Só no ano passado apareceria em Sampaio o missionário Nicola Arpone, que participou de uma reunião com os lavradores, interessados em criar um sindicato. Ângelo foi escolhido presidente, por unanimidade, contra sua vontade — "eu não sirvo, sou muito velho, minha leiturinha é pouca. Tem deles aí mais inteligentes", tentou argumentar, em vão.

Os lavradores começaram a fazer suas reuniões na igrejinha do povoado e Adistonia a espalhar ameaças pelos botecos. Até que um dia resolveu ir pessoalmente à igreja acabar com aquela "subversão". Ângelo foi até a porta, avisou: "Aqui não entra!". Adistonia ainda tentou argumentar, mostrando uma série de documentos que, segundo ele, lhe dariam "direito para entrar em qualquer repartição".

Não entrou. Ângelo conta com orgulho: "O pessoal foi chegando e eu falei para ele: vai embora, doido. O homem correu feito satanás. Um homem que nunca foi corrido por outro homem, quanto mais por um negro como eu . . ."

Passados dois dias, recordam os posseiros, chegaram dois homens num Volkswagen azul e perguntaram com ordem de quem estavam fazendo uma reunião. "Com a minha", respondeu Ângelo. "Falaram que aquelas reuniões estavam proibidas e que se a gente continuasse eu seria o responsável, que eu ia sofrer muito, que ia morrer gente".

Os posseiros contam que a ordem proibindo as

reuniões na igreja foram dadas por um certo dr. Humberto, advogado do Incra. Com as ameaças, os posseiros passaram a fazer suas reuniões fora da igreja de Sampaio. No dia 21 de julho de 79, eles estavam reunidos na igreja do povoado de Ataúba, quando quatro homens, dizendo-se do Exército, mas vestidos à paisana, invadiram o templo e levaram presos num helicóptero Ângelo, Sebastião, Evangelista e João Baiano, todos líderes dos posseiros.

O helicóptero era de cor verde-oliva e os quatro foram levados para um quartel em Araguatins, nas margens do rio Araguaia. No dia seguinte, eles viram o helicóptero levantar vôo. Seqüestrado no município de Vanderlândia, às márgens da Belém-Brasília, o missionário Nicola Arpone também foi levado para o quartel e colocado diante dos posseiros para que estes o acusassem de "líder da guerrilha".

"Queriam que eu assinasse um depoimento — afirma Ângelo — com coisas que eu nunca disse, acusando Nicola". Ao mesmo tempo, insistiam com Nicola: "Como é, você assina ou não assina?". O missionário apenas repetia: "Soltem esses homens, que eles têm família. E eu não tenho. Jesus Cristo sofreu muito mais do que eu, foi preso, foi cravado na cruz". Ângelo lembra que um militar, com a bíblia na mão, respondia para Nicola: "O senhor interpretou mal o que Jesus disse".

No dia 23 de julho, entre 7 e 8 horas da manhã, o mesmo dr. Humberto que havia proibido as reuniões na igreja, foi chamar Ângelo na cela para um novo depoimento e lhe perguntou se tinha "alguma questão com o Adistonia". O presidente do sindicato contou toda a história novamente e falou também de Erasmo Correia da Silva, "um outro grileiro que toma as terras dos posseiros para vender". Relata Ângelo: "Eu não vou dizer que não estava com medo. Eu tenho medo.

Mas tinha que falar tudo, nem que fosse tremendo e olhando um lugar para fugir . . ."

Quando os quatro posseiros foram levados de volta a Sampaio, num carro do Incra, o povoado estava em pânico: o mesmo helicóptero que os levara para Araguatins havia disparado três rajadas de metralhadoras no rio Tocantins, jogara duas bombas na praia, depois mais três, abrindo buracos onde cabia um homem.

A oito quilômetros de distância, no povoado de Cacheado, um velho lavrador, conhecido por Zezão, morreu de susto. Três mulheres grávidas perderam os filhos. Cinco homens desceram do helicóptero e o chefe, que mais tarde seria reconhecido por posseiros em Serra Pelada como sendo o "major Curió", se apresentou como "dr. Caquis".

A princípio, eles procuravam prender Nilton José de Souza, outro líder dos posseiros, que não se encontrava na igreja quando do ataque a Ataúba. Conta Nilton: "Eu nem sabia que eles estavam me caçando. Eu estava na roça trabalhando e senti a catinga das bombas. Resolvi ver como estava Sampaio e pensei comigo: aquilo ali acabou".

As casas todas estavam vazias, o povo na mata, mulheres, crianças e homens se ferindo nos espinhos e nas cercas de arame farpado no desespero da fuga. Como não encontrassem Nilton, os homens que desceram do helicóptero resolveram "convidar o povo para dar alguns conselhos", pedindo que todos se reunissem num campo de futebol. Enquanto isso, um dos militares ia à casa de Ângelo e travou este diálogo com a mulher do líder dos posseiros:

— É aqui que é a casa do presidente?
— É.
— A senhora não está com medo?
— Estou.

— Não se preocupe. O Ângelo está lá com a gente.

O posseiro Raimundo Carneiro da Silva relata: "Quando o povo foi chegando no campo, o homem que era o chefe do helicóptero falou que o governo estava mal satisfeito com o povo, que estava invadindo propriedades, fazendas dos outros. Que deixasse aquilo de mão. Se continuasse, ele falou que ia abaixar de novo para fazer um serviço mais perigoso, ia matar mesmo. E falou assim: a arma de vocês dá até 50 metros, a nossa dá até dois quilômetros. Falou que aquelas bombas era para jogar em cima da gente, que da próxima vez ia jogar mesmo. Falou que ia ficar mulher sem marido e filho sem pai":

Um outro posseiro corta o relato de Raimundo: "Não precisa. Sampaio já está morto. O que o senhor está vendo aí é só espírito...". Outro ainda lembra a ajuda que receberam de um funcionário da Sucam, conhecido como "Agripino da Malária", morador no povoado. Depois de ouvir os conselhos dos militares, ele pediu para falar: "Vocês não estão vendo que aqui é um lugar de povo pobre, não estão vendo o jeito do povo? O Nilton não é de briga, ele está trabalhando".

Os posseiros dizem que o próprio "major Curió", mais tarde, admitiria que em Sampaio não havia guerrilha, mas apenas uma grande pobreza. O missionário Arpone seria libertado no dia 25 de julho, em Goiânia. Em Sampaio, ficou apenas a cruz, que os posseiros chamam de "cruz do sofrimento", colocada numa elevação às margens do Tocantins durante uma procissão que fizeram no dia 21 de julho de 1980, quando se completou o primeiro ano do ataque militar ao povoado.

Até hoje, Antonia Nunes da Silva, a robusta mulher de Nilton, mãe de dois filhos, repete seus gritos ao ouvir qualquer barulho, como fez no dia das bombas, com as mãos segurando a cabeça: "Ô morte agoniada,

ô meu Deus do céu!". Antonia ficou um mês sem dormir, até hoje dorme com o candeeiro aceso e não pode ouvir nem barulho de automóvel. As crianças falam da sede que passaram na mata, mostram as feridas, "os rasgões do arame", no dia da fuga.

Sampaio não tem médico nem padre, nem luz nem telefone, e o posto de saúde está sempre fechado. O ônibus vem até aqui uma vez por dia, mas só no verão. Sampaio não está no mapa, mas fica no Brasil. Apesar da pobreza, os posseiros oferecem um café — suprema gratidão por uma visita — e pedem ajuda. Pedem quase nada: um pedaço de terra para plantar e continuar vivendo em paz, como antes.

4. A REGIÃO E SEUS PERSONAGENS

Homens com imensos chapéus de vaqueiro, falando alto pelos bares, tomando uísque estrangeiro. Carrões último tipo cruzando as ruas a toda velocidade, ignorando sinais de trânsito e pedestres. As calçadas sujas, o cheiro forte das gaiolas, os transboiadeiros que levam gado de um lado para outro. Paredes pichadas, pichações rapidamente apagadas, onde ainda se lê: "Abaixo governo vende Pátria"; "Liberdade para Nicola Arpone", "Luta contra a ditadura", etc.

Araguaína, porta de entrada para a conflituosa região do "Bico do Papagaio", lembra o velho oeste americano. Aqui, à beira da Belém-Brasília, reina absoluto o juiz João Batista de Castro Neto, acusado por posseiros, religiosos e advogados de protetor de grileiros, ele próprio um grileiro. Mesmo depois que um prédio em frente ao Fórum foi pintado de verde-oliva com as inscrições em branco "Presidência da República — Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional — Grupo Executivo de Terras Araguaia/Tocantins", apli-
cadas em letras garrafais, Castro Neto continuou a ser a lei em pessoa, decidindo o destino de homens e terras.

Procurado durante dois dias pela reportagem da "Folha", Castro Neto não foi localizado em Araguaína.

Segundo sua secretária, encontrava-se em Goiânia, onde responde a uma sindicância na Corregedoria da Justiça motivada por uma representação apresentada pelo bispo de Porto Nacional, Celso Pereira de Almeida.

"O comportamento público do referido juiz — afirma a representação — tem provocado a inquietação e o pânico entre os humildes posseiros do norte do Estado, que cada vez acreditam menos na Justiça, acostumados que estão em ver jagunços, policiais e oficiais de justiça obedecendo ordens diretas de fazendeiros que, sob a declarada proteção do juiz de Araguaína, despejam, prendem, maltratam e intimidam, tudo em nome da lei".

O deputado Alziro Gomes, do PDS, afirma que o "procedimento pouco límpido do juiz João Batista talvez explique a sua vertiginosa fortuna, pois, há sete ou oito anos, quando se dirigia para Itaguatins, a fim de tomar posse naquela comarca, o magistrado estava em tal penúria econômica que me tomou Cr$ 100,00 emprestados, em Tocantinópolis, para terminar a viagem, dinheiro que, como velhaco que é, o juiz de Araguaína nunca me pagou".

Pouco acima de Araguaína, atravessando imensas áreas desmatadas, onde ainda se vêem os restos mortais de palmeiras de babaçu queimadas, e a imagem do deserto só é quebrada por uma bem-sucedida casa de meretrício no quilômetro 1 150 da Belém-Brasília, padre Josimo Moraes Tavares, 27 anos, enfrenta as conseqüências da atuação do juiz Castro Neto. Ele é o pároco de Vanderlândia, pequeno município cortado ao meio pela estrada, onde neste momento 200 famílias estão sendo ameaçadas de expulsão na Fazenda Sapucaia.

Grileiros vindos do sul de Minas, como Gesuíno José da Silva e José Luís Siqueira, vão passando cercas de arame farpado por terras onde posseiros se encon-

tram há 25 anos, alguns há 40 anos. Os conflitos são constantes, mas só a partir do início deste ano os órgãos do governo começaram a agir nesta região.

"Agentes do IBDEF — conta padre Josimo — proibiram a derrubada das matas e começaram a multar os posseiros. Mas os proprietários de grandes fazendas podem derrubar até 600 alqueires de mata e nada acontece. O Getat traz a documentação pronta para o posseiro assinar e ele assina com o dedão sem saber do que se trata".

Um desses documentos é o "Contrato de Comodato", novidade lançada pelo Getat na localidade de Tamboril, município de Nazaré. Por esses contratos — quatro deles, todos beneficiando o fazendeiro João Navega de Morais, chegaram às mãos da reportagem — os posseiros da Fazenda Extrema comprometem-se a deixar suas terras após a colheita das atuais lavouras.

Diz a cláusula 3 do contrato: "Vigorará o presente contrato, até que o comodatário faça a colheita das lavouras citadas na cláusula 2 (a área objeto do presente contrato, até que o comodatário faça a colheita das lacultivo de lavouras de arroz, milho e feijão na área preparada para tal fim, já vistoriada, vedada qualquer ampliação), prevista para o primeiro semestre do ano de 1981, prorrogando-se somente por caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado, após o que fica obrigado o mesmo a restituir a área utilizada ao comodante, sem direito de retenção de quaisquer benfeitorias edificadas na mesma."

"Comodatário", no caso, é o posseiro; "comodante" é o fazendeiro. Assina também o contrato como "interveniente" o advogado Humberto Rodrigues Rabelo, do Getat, que é quem leva o documento para os posseiros e, em nome do governo, os obriga a assiná-lo.

Além de se comprometer a deixar a terra, sem di-

reito às benfeitorias, pela cláusula 5 o posseiro ainda assume um outro compromisso: "Se compromete o comodatário (posseiro) a semear ou plantar, na área objeto desse instrumento, sementes ou mudas de capim, a critério do comodante, desde que aquelas sejam fornecidas pelo mesmo ou seu representante".

"Os posseiros têm um grande respeito pelas autoridades, principalmente quando usam farda. O que mandam assinar, eles assinam", constata padre Josimo. Quando percebem que foram enganados, recorrem ao padre. Recentemente, dois posseiros expulsos de suas terras foram perguntar a Josimo o que deveriam fazer. O padre os orientou a voltar para suas terras e discutir com os outros posseiros o que poderiam fazer. Oito famílias marcaram uma reunião e, quando chegaram ao lugar acertado, encontraram o grileiro José Luís Siqueira acompanhado de 12 jagunços. Apresentando-se como "cabo eleitoral do deputado Siqueira Campos" (ex-frotista e atual líder do bloco malufista na Câmara), Siqueira, um antigo agrimensor, proibiu a reunião, ameaçando "matar todo mundo", se insistissem.

A reunião acabou sendo feita em outro canto e nela surgiu a idéia de se criar uma União de Defesa do Trabalhador Rural — Udetrar, que deverá dar assistência jurídica aos lavradores na luta pela defesa das suas terras. Cerca de 300 posseiros já fazem parte da Udetrar. Mas Josimo sabe que são muitos os obstáculos que se colocam para impedir qualquer espécie de organização dos trabalhadores rurais.

Em julho de 1980, quando, por iniciativa do missionário italiano Nicola Arpone, algumas famílias de posseiros começavam a se reunir para discutir seus problemas, um episódio deixou todos amedrontados. Nicola esclarecia alguns problemas legais, incentivava-os na criação de sindicatos, dizia: "Se você é atacado com uma determinada arma, responda com a mesma arma".

Por isso, grileiros e fazendeiros começaram a falar na "volta da guerrilha" e, no dia 22 de julho, à tarde, um helicóptero militar desceu num campo de futebol ao lado da igreja de Vanderlândia. Desceram 10 soldados do Exército fortemente armados como se, de fato, fossem combater uma guerrilha. Cercaram a igreja e a casa paroquial. Dois dos soldados entraram na casa, derrubando a porta. Prenderam Nicola, que estava descansando, levaram livros e cartas.

Cerca de 300 antigos posseiros de Vanderlândia, expulsos de suas terras, agora trabalham como assalariados em fazendas. Chegam a ficar um ano sem ver suas famílias, porque estão sempre devendo na contabilidade das fazendas e não podem sair. Suas mulheres passam a trabalhar também, como lavadeiras ou cozinheiras, ganhando de 400 a 500 cruzeiros por mês. Saem cedo, voltam à tardinha. Os filhos ficam largados pela rua. Por questões de sobrevivência, ou por necessidade de companhia, as mulheres acabam encontrando outros homens. A família se desmancha.

No quilômetro 35 da estrada que liga a Belém-Brasília a Xambioá, encontramos Alcides Rodrigues Borges, 22 anos, nascido em Vanderlândia, um "peão de trecho" (como são chamados aqui os ex-posseiros que se empregaram em fazendas). Vestido com trapos, assustado, Alcides é um produto típico desses novos tempos: embora assalariado, não sabe dizer quanto ganha. Trabalha "livre" — quer dizer, recebe casa e comida do patrão — e, nos fins de semana, faz um vale. Não sabe a quantas anda sua conta na fazenda: "Faz dois anos que trabalho assim, sempre deu certo . . ." As contas só são acertadas no fim do serviço, mas Alcides não sabe quando é esse fim. Só sabe que das 7 da manhã às 5 da tarde, todos os dias, tem que roçar o mato da lavoura de milho. "Um pedaço de terra só

para mim? Nunca tive, não. Seria bom demais... Mas falta condição, né?"

O conformismo de Alcides é a regra, mas, às vezes, os posseiros reagem, como aconteceu na Fazenda Itaipava, onde 400 famílias resolveram brigar por uma "sobra de terra" (área situada entre duas fazendas) com um fazendeiro paulista, Nefi Murado. Mataram o gerente e um capataz da fazenda, o que levou o governador de Goiás, Ari Valadão, e o prefeito de Araguaína, Joaquim Quintas, a correr para Brasília para anunciar que "a guerrilha está voltando".

É que, após o conflito, os posseiros fincaram no lugar uma bandeira branca e vermelha, avisando que só conversariam com o Exército. O vermelho da bandeira foi suficiente para Quintas chegar à conclusão que se tratava de perigosos comunistas.

Para Manoel Dias, prefeito de Xambioá, PDS, não há mais conflitos com posseiros na região. Por um motivo muito simples: "Aqui quase não tem mais posseiros. As fazendas estão todas legalizadas". Dias não deixa de ter razão: a melhor fórmula encontrada para acabar com os conflitos entre posseiros e grileiros foi acabar com os posseiros.

O prefeito, como a maioria dos outros "chegantes" (os retirantes da seca do Nordeste que emigraram para a Amazônia em busca de terras férteis e livres), veio do Maranhão há 23 anos, quando Xambioá chegou a ter 20 mil homens chafurdando nos garimpos de cristal. "Xambioá era um garimpo só — recorda o prefeito. Os mantimentos vinham de Marabá, Araguaína, por canoa".

Os garimpeiros de então, uma vez passada a febre e a ilusão da riqueza fácil, tornaram-se posseiros. Hoje, dá-se o inverso: os posseiros, expulsos da terra, vão arriscar a sorte em outros garimpos. O atual ciclo começou em 65, quando os primeiros fazendeiros do Sul

descobriram Xambioá. Um certo Zeca Nepomuceno, hoje grande proprietário, adquiria posses e vendia terras formadas, já limpas de posseiros, a fazendeiros como Nilson Machado de Carvalho, de Araçatuba, São Paulo.

Pouco depois, início dos 70, a guerrilha chegava a Xambioá e Zeca Nepomuceno, sempre às voltas com posseiros que se recusavam a entregar as terras, tornou-se um importante aliado das forças do Exército, fornecendo seu "know-how" da mata e os "bate-paus", homens que serviam de guias para as tropas. Sela-se aí uma aliança entre grandes proprietários e órgãos militares e de segurança, que atravessaria a década de 70 e ainda hoje tem papel fundamental nos conflitos de terra da região. Quando as tropas se retiraram, em 75, dando por terminado o combate à guerrilha, esses grandes proprietários se sentiram órfãos na sua luta contra os posseiros — e, por isso, volta e meia anunciam a volta dos "terroristas" (qualificação dada aos cerca de 300 participantes da luta armada na região do rio Araguaia, que chegou a mobilizar 10 mil homens das Forças Armadas entre 72 e 74).

Nunca mais se teve qualquer indício de guerrilhas na região, mas as tropas, finalmente, voltaram. A 18 de outubro de 1980, desembarcaram em São Geraldo, em frente a Xambioá, do outro lado do rio, 35 homens do 2.º BEC de Teresina, sob o comando do major Edson Paiva e Silva. O objetivo, segundo explicou o major Edson, era a construção de uma estrada ligando São Geraldo à Fazenda Itaipava (exatamente o local dos mais recentes conflitos), num total de cerca de 80 quilômetros, numa primeira fase.

Além disso, acompanhava o grupo um médico, que dava consultas e medicamentos, "dentro de um plano maior de assistência social". Na verdade, sem ter condições de estar permanentemente presente em

todas as áreas de tensão social (no norte de Goiás, não há nenhuma instalação militar), destacamentos como o comandado pelo major Edson funcionam como uma espécie de Exército móvel que, ao mesmo tempo em que constrói estradas ou dá assistência médica, é encarregado de manter uma segurança preventiva.

Embora sempre tenha atuado em regiões com problemas fundiários, major Edson eximiu-se de comentar o assunto: "A única terra que eu tenho é no cemitério, em Teresina, a única que vou usar", explicou. "O problema existe e o Getat está aí para solucionar".

No seu serviço paralelo de assistência social, o major disse que é procurado para resolver toda espécie de problemas. Por exemplo: "Veio um sujeito aqui e disse que a mulher estava namorando com outro. O que é que eu posso fazer? O sujeito vai para o garimpo, deixa a mulher com 10 filhos sem dar assistência. O que é que eu faço?". Indagado sobre as soluções que sugere para a questão fundiária e os problemas sociais dela decorrentes, o comandante do destacamento disse que não teria condições de responder. Mas admitiu que o problema da fome da região é grave: "Ninguém planta mais. Só querem saber de garimpo e gado. A população poderia viver da pesca, mas ninguém quer pescar. Outro dia eu e meu pai pegamos um boto de dois metros . . ."

A diária paga a um trabalhador na região é de 150 cruzeiros. O preço de um prato feito no restaurante em que estamos conversando custa 200 cruzeiros. O lixo e os esgotos são jogados no Araguaia, onde bóiam bichos mortos. Dezenas de homens ficam à beira do rio à espera de um serviço para carregar ou descarregar barcos e caminhões.

Um homem de meia-idade, Sandoval de Lira Gouveia, procura a reportagem para se queixar da sujeira

da cidade, da falta de assistência. Motorista, veio do sul de Goiás para fazer cercas em Xambioá, dava mais dinheiro. Diz que "sabia um pouco de enfermagem", que tem um filho médico e, por isso, passou a ser o parteiro da cidade. De três anos para cá, contabilizou 1876 partos, mas também atende casos de malária, paratifo, anemia — "tudo de ouvido". No chão, perto de onde conversamos, jazem alguns panfletos, em que se lê:

"Apelo ao povo — Como é do conhecimento de todos, durante os anos de 1972 a 1975, houve uma verdadeira guerra nesta região. Depois de uma enorme campanha militar, dezenas de guerrilheiros e moradores da região foram mortos. Até hoje, passados tantos anos, não conseguimos uma notícia oficial sobre estas pessoas (. . .)."

Eram familiares de mortos e desaparecidos, que estavam percorrendo a região, deixando os panfletos em que pedem apoio para localizá-los: "Qualquer indicação, qualquer notícia pode ser importante". No papel sujo de barro estão os nomes das pessoas procuradas: Ari, Antonio, Antonio Alfaiate, Aparício, Amauri, Beto, Chico, Cristina, Cazuza . . . um total de 59 pessoas.

O porteiro-motorista Sandoval, que agora também se dedica a plantar verduras, "que ninguém conhecia por aqui", diz que "esses terroristas davam assistência para o pessoal, tinha médico, tudo. Podiam deixar o que era ruim deles, o terrorismo, e ficar com o bom . . ."

5. SATU E A SAGA DOS POSSEIROS

À medida que os posseiros vão sendo expulsos de suas terras, cresce o número de malocas, verdadeiras favelas rurais em torno de pequenas cidades, como Xambioá. Numa delas, fomos encontrar Saturnino Alves de Souza, 48 anos, 9 filhos, cuja luta em defesa de 22 famílias expulsas de Rebojo de Araguanã acabou se transformando num verdadeiro símbolo da resistência pacífica dos posseiros da região. Um amargo símbolo: Saturnino, o "Satu", como todos o chamam, e mais oito pais de família de posseiros de Rebojo do Araguanã hoje buscam trabalho para ganhar 150 cruzeiros por dia em Xambioá. As outras famílias desistiram, espalharam-se por outras favelas, Brasil abaixo.

"Satu", a exemplo do prefeito Manoel Dias, veio expulso pela seca para arriscar no garimpo de cristal em Xambioá, em 52. Como o prefeito e tantos milhares de outros chegantes, não encontrou cristal nem riqueza e foi plantar sua primeira roça dois anos depois num lugar chamado Araguaci, onde só encontrou um posseiro, o velho João Pereira da Silva, 66 anos, hoje seu vizinho de desgraça.

Logo haveria mais de 200 famílias de garimpeiros em Araguaci. Quando acabou o garimpo, em 55, todos foram se transformando em posseiros, apesar das

dificuldades (três anos antes, Xambioá tinha apenas três moradores). Uma lata d'água, carregada por jumento, chegava a custar 10 crúzeiros (velhos). Com muito trabalho de todos, foi aberto um poço e, logo depois, apareceu na área um certo Horácio Neves, que expulsou 405 famílias.

Mais tarde, lembra "Satu", veio um homem conhecido por "Zé Pereira", para, em nome do dr. Roudon Pacheco (ex-chefe da Casa Civil no governo Castelo Branco, ex-deputado federal, ex-governador de Minas Gerais), expulsar outras 65 famílias. Restaram apenas dez.

Em 62, o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás — Idago, uma das siglas pioneiras criadas pelo governo para resolver o problema fundiário — "foi cortar as terras e reservar uma área para os posseiros", depõe "Satu". "Quando entramos lá, só tinha rastro de bicho do mato".

Foram quase dez anos de paz, lembra Cândido Francisco da Luz, piauiense de Picos, "sou de 1926" (quem quiser saber sua idade que faça as contas, ele não sabe). "Tudo tinha lá, com fartura: arroz, mandioca, milho, galinha, porco, tudo o que o pobre precisava para viver. Os meus braços ficaram na comida dos meus filhos. Hoje sou um miserável, mas com dois anos na mata estou bem de vida outra vez", diz, com uma ponta de esperança.

Em 72, surgiu pela primeira vez na região do Rebojo de Araguanã o fazendeiro Wilson Bahia Peixoto, cunhado do atual governador de Goiás, Ari Valadão. Chegou para comprar fazendas, recordam os posseiros, que rapidamente se reúnem na casa de "Satu". Primeiro, comprou 75 alqueires de Paulo de Souza, depois mais 96 de Miguel Martins, terras que faziam divisa com a área ocupada pelos posseiros, demarcada

pelo Idago. "O homem garantiu que ia respeitar a divisa", afirmam os posseiros.

No mesmo ano, apareciam também por lá agentes do Incra, para fazer o cadastro, sobre o qual seria calculado o imposto, que "Satu" e os outros posseiros pagaram todos os anos, religiosamente, desde então. Segundo o cadastro, "Satu" tinha uma posse de 30 alqueires. Meses depois, já no ano de 73, ele recebeu uma intimação para comparecer à sede do Incra em Araguaína. Lá, informaram-lhe simplesmente que ele e os outros teriam que abandonar suas terras, a esta altura todas registradas em nome de Wilson Bahia Peixoto.

"Chamei o pessoal todo e decidimos ficar bem unidos. Não iam fazer com nós o que fizeram com os outros posseiros. Resolvemos fincar o pé na parede", conta "Satu". Logo depois, ele faria a primeira das suas 22 viagens a Brasília. Foi de barco, carona de caminhão, levou vários dias e recebeu da direção do Incra um ofício para ser entregue a um certo Otávio, executor do órgão em Araguaína, com a recomendação de que fossem respeitadas as terras dos posseiros.

"Aí começou a zanga com nós — rélata "Satu". Recebi até intimação da delegacia, dizendo que eu era criminoso. Eu nem sabia o que era esse negócio de delegacia. Falei para o doutor delegado: o pessoal todo do Rebojo me conhece, não tenho inimigos". Mas veio outra intimação para que ele se apresentasse ao Incra, ainda em 73. Diante de dois doutores do Incra, Otávio e Joaquim, segundo o depoimento de "Satu", Wilson Bahia Peixoto falou duas vezes que iria lhe dar um tiro na cabeça.

"Os doutores ficaram rindo. Eu me levantei da cadeira e perguntei: — O dr. vai me prender? Então, estou despachado? Sua excelência fique sabendo que agora só piso aqui dentro amarrado". Cheguei em casa, falei para a mulher arrumar as roupas e me peitei

para Brasília. Fui falar com o Armando Falcão, ministro da Justiça", conta.

Todo dia mandavam-no voltar no dia seguinte. Duas semanas depois, foi recebido por Falcão. O ministro lhe garantiu que não teria de deixar sua terra e encaminhou-o novamente ao Incra, que, por sua vez, lhe entregou novamente um ofício para levar ao dr. Otávio. O líder dos posseiros reagiu: "O doutor vai me desculpar, mas eu tenho promessa de não entrar mais no projeto fundiário de Araguaína enquanto o dr. Otávio estiver lá."

Otávio foi convocado pelo presidente do Incra e, na presença dos dois, "Satu" afirmou: "No projeto fundiário de Araguaína não tem autoridade. Ficam intimando pai de família três vezes por semana, não resolvem nada, e o mato comendo os legumes. O Wilson falou que ia me matar e o senhor não tomou nenhuma providência, ficou rindo".

Garantiram a "Satu" que o dr. Otávio seria afastado de Araguaína e lhe entregaram um outro ofício para levar ao seu substituto. O novo doutor chamava-se Edson, mandou "suspender o serviço do homem", prometeu que mandaria titular as terras. "Todo mundo foi trabalhar animado", afirma um dos posseiros.

Pouco depois, porém, o Incra veio com uma nova proposta: se deixassem o Rebojo, os posseiros ganhariam outras terras na fazenda Vale das Cunhas. "Nós não aceitamos — diz "Satu" — porque essa fazenda era da família Camilo, estava titulada, e iam expulsar a gente de lá também".

"Satu" foi então convidado para uma reunião a sós com o executor do Incra, que mandou os outros posseiros deixarem a sala. "Queria pôr para fora até minha sogra, que é aleijada, não deixei". Travou-se então o seguinte diálogo, segundo "Satu":

Executor — O que esse pessoal é seu? É parente?

"Satu" — Não. Somos amigos de muitos anos, vizinhos.

Executor — Vamos fazer o seguinte: você não fala mais com esses posseiros e te dou um título dos 30 alqueires, ninguém mais mexe com você. Esse pessoal seu aí não tem condições de pagar um título do Incra.

"Satu" — Eu também não tenho.

Executor — Não tem problema. O dr. Wilson paga para você.

"Satu" — Doutor, o meu amigo mais ruim que eu tenho não dou por esse dinheiro. Ou resolve o problema de todo mundo ou nada feito.

Disse e saiu da sala. "Peitei de novo para Brasília para falar com a autoridade maior sobre o fracasso das nossas famílias". Foi mais fácil do que falar com o ministro, recorda "Satu". "Nem cheguei a sentar na cadeira. O presidente Geisel me perguntou do que se tratava, entreguei um documento e ele falou que eu ia ser atendido. Fui para a sala do major, o presidente mandou me atender. Aí me mandaram de novo para o Ministério da Justiça para falar com um tal de dr. Humberto. Eu fui. Aí me mandaram para o Ministério do Planejamento para falar com o dr. José Reinaldo, que telefonou para o dr. Fernandes."

De lá mandaram "Satu" para Goiânia, onde deveria ficar aguardando uma solução. "Satu" tinha certeza que, desta vez, teria êxito: afinal, foi o presidente da República quem mandou resolver o problema dos posseiros. Três dias depois, nada. E o dinheiro acabando. "Satu" ameaçou voltar para Brasília, foi atendido na hora. Deram-lhe duas cartas: uma para ser entregue ao juiz, outra ao promotor de Araguaína. De um dr. Fernandes recebeu esta certeza: "Se eles não te matarem até entregar esses documentos, ninguém mais vai mexer com vocês".

No entroncamento da Belém-Brasília, que dá acesso a Araguaína, furou um pneu do ônibus que levava "Satu", foi a sorte. Um amigo veio avisá-lo que havia um pistoleiro à sua espera na rodoviária para matá-lo. "Satu" pegou um táxi, entregou as cartas a um compadre para levá-las ao juiz e ao promotor. Em Araguanã, a caminho de Rebojo, o delegado, cabo Elias, veio avisá-lo que "o dr. Wilson chegou com instinto ruim".

Mas, nos seis meses seguintes, "Satu" e os outros posseiros puderam trabalhar tranqüilamente em suas terras. Foi quando apareceu um homem na posse de Antonio Viana, anunciando que iria "fazer picadas de qualquer jeito e foi pisando, pisando e jurando de matar a gente". Estamos no início de novembro de 74. Acompanhado de sete pistoleiros, o agrimensor foi abrindo as picadas.

"Enquanto isso — afirma "Satu" — o Wilson levou uns pistoleiros para beber cachaça num bar de Araguanã e disse para todo mundo que não ia deixar vivo nem criança, nem velho, que ia acabar com tudo. Correu um bocado de amigo para me avisar que ele ia matar todo mundo."

"Fico eternamente agradecido de me avisar — respondeu "Satu" aos amigos. Mas daqui eu não saio. E diga para ele não parar o carro no pau da minha porta que eu mato. Com três paralíticos dentro de casa, três garimpeiros que ficaram aleijados, eu falei para a mulher: pegue as crianças, pegue os paralíticos e vai para a casa do seu irmão e me deixe sozinho aqui."

"O que Deus deu, nós come. Eu não saio daqui", respondeu a mulher, Maria Ferreira da Silva. "Satu" pegou o pilão de jatobá, "só cerne de jatobá", botou atrás da porta, os paralíticos atrás do pilão. Pegou duas espingardinhas "pela boca" (a munição é colocada pela boca) e ficou na porta. De vez em quando, a mulher trazia um café. "Satu" estava sentado num banco do

terreiro, meia-noite, veio o aviso de que os homens chegaram. "Mas não esbarraram em mim, passaram direto." Os pistoleiros gritavam de longe: "Aqui que é a casa da besta fera?" "Satu" respondia: "E vocês são do lúcifer?".

Dia seguinte, meio-dia: os pistoleiros se aproximam de Antonio Viana, um homem forte de 98 quilos, seis filhos, e do velho João Pereira da Silva, o pioneiro dos posseiros do Rebojo. Querem saber de "Satu", que tinha ido dar de comer às galinhas. Quando Viana e o velho se afastam, os pistoleiros descarregam seus revólveres calibre 38. Como os posseiros moravam a mais de mil metros de distância uns dos outros, os dois ficam caídos no chão, sem ninguém se dar conta do que aconteceu.

"Satu" estava voltando para casa, uma das mãos segurando a bacia de milho na cabeça, a outra um filho pequeno. Os pistoleiros se aproximam. "Larguei o milho e o menino, peguei a espingarda e avisei: se quiser falar comigo, fala daí. Se chegar, eu atiro. Voltaram as costas e eu não atirei, porque não atiro à traição. O Peixoto tinha muito medo de mim, ficou deitado na C-10. Dirigia deitado, parecia que não tinha ninguém dentro."

O carro de Peixoto pegou a estrada, vieram crianças correndo para falar do que aconteceu com Viana e o velho João. "Satu" e os outros pegaram os dois, colocaram numa voadeira para Xambioá, de lá foram para Araguaína, mas quando chegaram ao hospital Viana já estava morto. O velho João guarda, para quem quiser ver, a marca do tiro pelas costas.

"Fizemos o sepulto e fomos ouvidos no processo da delegacia. Oito dias depois, chamaram de novo a gente, para dar outro depoimento, porque o processo tinha sumido da delegacia. Peitei de novo para Bra-

sília. Fui falar com o senador Lázaro Barbosa sobre o processo, eles pelejaram, mas não conseguiram nada".

Ao contrário, dias depois, voltaram três carros sem placas com pistoleiros, "correndo para cá e para lá dentro das nossas terras". "Satu" foi procurar o delegado de Araguanã, cabo Elias, de quem ouviu o conselho para deixar a casa, porque era "uma brutalidade insistir em ficar, com tanto homem rondando para matar". O posseiro respondeu: "Se a própria autoridade diz que é para sair de casa é o mesmo que entregar o que é meu para os outros". E avisou: "Nem eles encostam o carro na minha casa, nem eu saio". Cabo Elias encerrou a conversa: "Então, eu não posso fazer mais nada".

Três dias e três noites "Satu" ficou com suas duas espingardas na porta de casa. Os outros posseiros aconselharam-no a tentar mais uma vez a ajuda das autoridades em Xambioá, e ele foi. Sua mulher, Maria, conta o que aconteceu no dia seguinte da sua partida:

"Chegou um oficial de Justiça chamado Jaime, dizendo que vinha a mando do senhor juiz de Araguaína para fazer o despejo. Junto com ele tinha três soldados, um monte de pistoleiros, fazendeiros, o Peixoto e o genro dele, Sérgio Guimarães. Eu estava dando de comer pro povo, não tinha almoçado ainda, me deram um prazo de cinco minutos para deixar a casa. Torceram cabeça de galinha, mataram meu cachorro Tocantino, com um tiro na boca, e levaram todo mundo para a delegacia de Araguanã. Um dos pistoleiros, o Miguel, foi a viagem toda sentado em cima de uma mulher grávida de sete meses. Dei mil graças a Deus que o "Satu" não estava lá. Era para morrer".

Junho de 75. "Satu" continua sua peregrinação em busca das autoridades de Xambioá, quando vê sua família chegando no meio da rua, só com a roupa do corpo. Vai de novo a Brasília, procura Armando Fal-

cão, os doutores do Incra, etc. Todos garantem mais uma vez que suas terras serão devolvidas, assim como as 36 sacas de arroz que "Satu" tinha acabado de colher e a polícia levou.

"Eu nunca tinha trabalhado na diária para ninguém, nunca minha família tinha passado fome. O culpado por tudo isso são as autoridades, não é o fazendeiro, não. As autoridades estão aí para fazer justiça, o fazendeiro quer defender a parte dele. Estou quase perdendo a esperança. Não tem mais autoridade para procurar . . .", diz Saturnino Alves de Souza, que agora sai todo dia cedo de casa para procurar trabalho de "chapa" num caminhão e paga 400 cruzeiros de aluguel por mês .

Mas a maior vergonha, a maior revolta nem é essa: um ano depois de ser expulso da sua terra, em 77, "Satu" foi preso — em Goiânia, para onde tinha ido mais uma vez em busca das autoridades — sob acusação de ser maconheiro. "Fizeram até exame de sangue em mim, dizendo que só quem anda dopado defende o povo pequeno como eu defendo . . ." Quatro anos, uma morte, uma prisão, um processo desaparecido, 22 viagens a Brasília depois, os posseiros ainda têm esperança de voltar a Rebojo do Araguanã. "Só se mudarem as autoridades", completa "Satu".

6. O FIM DO ÚLTIMO QUILOMBO?

Em frente ao "Transmotel" de Gurupi, em Goiás, na altura do quilômetro 600 da Belém-Brasília, dois fazendeiros conversam sobre compra e venda de gado. Fala-se em "bi", bilhões de cruzeiros, e nos últimos conflitos, envolvendo fazendeiros e posseiros. "Esses padres comunistas...", murmura um deles. "Eu não tenho problemas na fazenda, mas, se tivesse, matava logo eles todos, a começar pelo bispo... Querem distribuir terra para os pobres... Isso é comunismo", completa o outro.

É nesse clima, 80 quilômetros de estrada de terra adiante, em direção ao rio Tocantins, no município de Peixe, que se trava uma disputa por terras até há pouco esquecidas, envolvendo antigos posseiros, políticos influentes, uma grande empresa agropecuária, policiais, padres, o juiz de Gurupi e o bispo de Porto Nacional.

Com as primeiras chuvas, o acesso a essas terras se tornou bastante difícil, o ônibus que ia até a beira do Tocantins já parou de circular. Nos últimos 10 quilômetros, pequenos lagos foram se formando, onde antes havia a estrada, e o carro tem que passar por desvios dentro da mata. No final da estrada, apenas um pequeno rancho, que foi levado pela enchente do Tocantins no início do ano.

O rio tem cerca de 700 metros de largura neste ponto, a correnteza já é forte. Do outro lado, a floresta amazônica, ainda virgem. Para chegar lá, o único meio é uma pequena canoa do pescador Joaquim, que cobra 80 cruzeiros por pessoa. Basta, porém, dar alguns passos na trilha aberta na selva para descobrir que o progresso já chegou até aqui: numa clareira, trabalha a todo vapor uma serraria, que escoa sua produção por uma estrada de terra, que vai até Peixe, cortando as terras dos antigos posseiros.

Quase todos são negros ou mulatos e carregam um sotaque arrastado de baiano no falar. Ao contrário dos habitualmente pequenos, magros e amarelos posseiros do norte de Goiás, que sofrem de subnutrição crônica, os habitantes destas terras entre os rios Tocantins e São Valério, 100 quilômetros a leste da Belém—Brasília, chamam a atenção por seu porte vigoroso e aparência saudável.

É certo que seus antepassados chegaram aqui há mais de um século, no tempo da escravidão. Usam expressões como bulandeira (termo baiano designativo de objeto de fazer farinha) e os mais antigos ainda se lembram do tempo em que iam à Bahia buscar sal em lombo de burro. Estes e outros indícios levam a acreditar que as 80 famílias que resistem nas suas terras ameaçadas faziam parte de um antigo quilombo — escravos da Bahia, vindos para Goiás em busca da liberdade.

Abelo Pinto Cerqueira, negro forte de 64 anos, "uns oito filhos", é o líder de um agrupamento familiar de cerca de 100 pessoas no povoado conhecido por Mato Grande, onde nasceu sua mãe, Vitalina Francisca de Azevedo, que tem "uns 90 anos", e 10 filhos. Até outro dia, como todos os outros, Vitalina ainda trabalhava na roça. Adoeceu quando viu tratores derru-

bando matas que sempre foram da família e, pela primeira vez na vida, foi levada a um hospital.

"Nossa vida era trabalhar na roça. Desde quando tinha 10 anos até hoje, não amanheço o dia dentro de casa. Até rapadura e açúcar a gente fazia para vender na Bahia e comprar sal. Nós nunca saímos do lugar de nós", conta Abelo. "Essa estrada nós abrimos de machado, de Mato Grande até Campo Largo. Agora, a companhia está usando a nossa estrada para tirar as nossas terras".

Quatro, cinco horas da manhã, Abelo e a família toda iam para a roça, onde permaneciam até meio-dia, hora do almoço (arroz, feijão, abóbora, mandioca mansa, batata e uma mistura, que podia ser carne de vaca, porco ou frango, um cardápio de rico na região). Depois voltavam para a roça, "até o sol fraquejar".

Em outras casas do antigo quilombo, além de açúcar, rapadura, farinha de mandioca e de milho, produzia-se até pano de algodão para fazer roupa. O contato com povoados e cidades da região era raro, a comunidade mantinha-se praticamente auto-suficiente. Só compravam fora sal, café e "um pouco de cachaça para as visitas, porque a gente não é de muito beber".

A vida seguia sempre tranqüila e igual no quilombo, até que em 1969 apareceu pela primeira vez um político naquelas terras, o ex-deputado e secretário particular do governador Ari Valadão, Adail Santana. Nesta época, Adail era deputado estadual e veio pedir assinaturas dos posseiros para reivindicar do governo uma estrada Natividade—Gurupi, uma balsa no rio Tocantins, um grupo escolar, um hospital e uma farmácia.

Um dos posseiros procurados, Geneci do Hó do Espírito Santo (um sobrenome baiano, desconhecido em Goiás), negro de quase dois metros de altura, 33 anos, cujos avós nasceram na área, relata: "Eu não

assinei esse documento, não, porque o cabeçalho vinha tampado. Mas outros 10 posseiros assinaram".

Foi sua sorte. Quase dez anos depois, os posseiros descobriram que com aquelas assinaturas Adail Santana nada reivindicou para a região, até porque nada receberam do que pediram. De posse das assinaturas, Adail transformou os posseiros em agregados de terras que havia comprado, o que lhe facultava o direito de expulsá-los das terras quando bem entendesse (agregado, segundo a lei, é o ocupante provisório de uma terra cedida pelo proprietário, que pode reavê-la a qualquer momento). Esta falcatrua foi denunciada pelos posseiros em 1978, quando começa sua agonia.

A história das terras dos antigos escravos passou a ser reescrita nos cartórios e registros da civilização moderna que chegava ao norte de Goiás. Como costuma ocorrer na região, esta também é uma história confusa, com lances misteriosos, envolvendo altas figuras da República.

O que se sabe é que Adail Santana comprou uma posse de Benjamin Pereira Maia, no princípio da década de 60, uma terra que foi crescendo até atingir os 14 mil alqueires goianos (o dobro do alqueire paulista) hoje reivindicados pela Agropecuária Gurupi — Agropig — da qual o deputado foi o primeiro vice-presidente.

Antes, porém, Adail havia vendido a metade das terras de que se dizia proprietário à Companhia Nacional de Tecidos, que, por sua vez, vendeu sua parte para a Companhia Mercantil São Francisco, em São Paulo, segundo informações prestadas pelo advogado Osvaldo de Alencar Rocha, contratado pela Comissão Pastoral da Terra para dar assistência jurídica aos posseiros ameaçados.

O representante da Agropig em Gurupi, Antonio Bittar, irmão de Juca Bittar, membro da diretoria da

empresa, informou à "Folha" que a área foi adquirida pelo atual grupo proprietário, presidido por Edson Pontes, em fins de 1978. Pertencia, segundo Bittar, a um grupo liderado por Otávio Gouveia de Bulhões (ex-ministro da Fazenda), Camilo Ansarah, Urbano Bulhões.

"Venderam só a terra nua, porque nunca fizeram nada lá — afirma Antonio Bittar. Mas nós fomos iludidos, porque garantiram que só havia três posseiros na área e encontramos um monte lá. Desde 78, estamos indenizando os posseiros, fazendo acordos amigáveis para pagar as benfeitorias. Nunca tivemos atrito, até esses padres comunistas entrarem lá, metendo pau na gente".

Não é essa a versão dos posseiros, do seu advogado e dos religiosos ligados à CPT. Em abaixo-assinado encaminhado ao secretário do Interior e de Justiça de Goiás, no dia 3 de novembro de 1980, os posseiros afirmam: "Estamos sendo ameaçados de despejo pela empresa Agropecuária Gurupi S/A — Agropig — que se diz proprietária de todas estas terras, numa área de mais de 14 mil alqueires, sendo que a referida empresa já invadiu a posse de vários dos nossos, humilhando e até obrigando a vender seus direitos a troco de ninharia, e para isto tem usado, além dos seus próprios jagunços, a polícia do município de Gurupi, pois até mesmo o sr. delegado regional já esteve na área garantindo a invasão da Agropig contra os lavradores".

Em documento divulgado pela CPT, regional do Araguaia-Tocantins, na mesma data, afirma-se que "esta suposta propriedade de 59 684,6 hectares da Agropig na Fazenda Penha suscita sérias questões. O título que invoca a Agropig pela sua suposta propriedade na Fazenda Penha é o Registro Torrens do Município de Peixe, sob o n.º 01. Interessante, porém, observar que o processo deste Registro Torrens não

existe no Cartório de Peixe, onde, conforme a lei, deveria estar. Torna-se assim extremamente difícil verificar a legitimidade do título da Agropig. Ainda mais: como entender que a área do Registro Torrens é de 12 331 alqueires e 42 litros, quando a compra inicial foi de apenas 2 755 alqueires?".

Respostas a essas questões agora deveriam ser dadas pelo juiz de Gurupi, José Ronaldo Queiroz Santos. Mas a disputa já dura pelo menos dois anos. Inicialmente, os tratores da Agropig começaram a desmatar áreas onde não se encontravam posseiros, e foram avançando, ao mesmo tempo em que a empresa fazia pressão contra os posseiros mais novos, obrigando-os a vender suas terras. No ano passado, mais de cem famílias de posseiros já haviam desocupado a área e aproximadamente 4 mil alqueires tinham sido revolvidos por 40 tratores. Mas os posseiros mais antigos — cerca de 80 famílias — resolveram resistir.

"Neste mesmo ano — afirma o documento da CPT — um dos membros da diretoria da Agropig ofereceu ajuda financeira ao bispo da diocese de Porto Nacional. Com que intenções?" Em setembro de 79, a empresa entrou com mais violência, penetrando nas posses mais antigas. Diante da resistência dos posseiros, tentando parar os tratores, a Agropig enviou para lá, de avião, vários pistoleiros. O delegado regional de polícia de Gurupi, Franklin Delano Ffrimes, presente na área com policiais, intimou vários posseiros a comparecerem à delegacia. Jagunços da Agropig invadiram casas, tentando obrigar os posseiros a venderem suas terras por preços irrisórios.

Foi o que aconteceu com Pedro da Cruz dos Santos, 40 anos, nascido e criado no quilombo, dono de uma posse de cerca de 80 alqueires, onde sempre morou e trabalhou. Seu relato:

"No dia 20 de outubro de 1980, segunda-feira,

chegaram quatro homens da Agropig na minha casa. Um era o Adonias, o outro era o Baldo Regino, os outros não sei o nome deles. Eles eram tudo armados de revólver e carabina.

"Eles me pediram pra vender minha terra. Eu não aceitei e minha mulher não aceitou. Eles me humilharam muito de palavras, me disseram que os padres são preguiçosos, que o Adonias deu ordem aos jagunços de pegar os padres para depelar eles.

"Eles me ameaçaram e me obrigaram a assinar. Assinei na marra. Minha mulher não aceitou de assinar.

"Eles me disseram que me pagarão 130 mil cruzeiros, sendo 50 mil a 15 de dezembro e 80 mil a 15 de fevereiro de 1981. Assinei porque fui obrigado por causa das ameaças e por medo de morrer, mas não quero vender de jeito nenhum. Depois que eles saíram de minha casa, continuaram a derrubar minha terra. Derrubaram tudo.

"Dias depois, minha mulher ficou muito doente por causa do choque desse negócio. Até hoje continuamos a morar na nossa casa."

Com outros posseiros, como Gérson Alves Ribeiro dos Santos, que há quatro anos comprou uma área de 50 alqueires de Messias Pinto Cerqueira, "possuidor antigo desta terra", não houve sequer este tipo de acordo, só a violência:

"No fim de setembro, chegaram empregados da Agropig com dois tratores. Começaram a derrubar na frente da casa. Reclamamos e disseram que não parariam. Procuramos saber com a ordem de quem eles derrubaram. Falaram que foi a ordem do gerente. Fomos encontrar o gerente e aí o gerente falou que não sabia do serviço. Fomos de novo pedir aos tratoristas de parar. Eles disseram que não, que era ordem do Ari

Valadão, do governo. Aí fomos chamar o vizinho e o trator parou."

"No dia seguinte, a polícia chegou na minha casa. Foram três policiais", conta Faustina Pereira dos Reis, mulher de Gérson. "Meu marido estava em Gurupi. Os policiais, então, me pediram para ir no barracão da companhia. Fui lá, sozinha, porque meu marido estava em Gurupi. Lá no barracão da companhia tinha três policiais, um advogado da Agropig, o delegado regional da polícia de Gurupi, um agrimensor, Adônias, o gerente Divino e o outro gerente, João Alfredo, e sete posseiros, seu Alexandre, Iron, Alcedo, Paulo Pinto, Abelo e Domiciano.

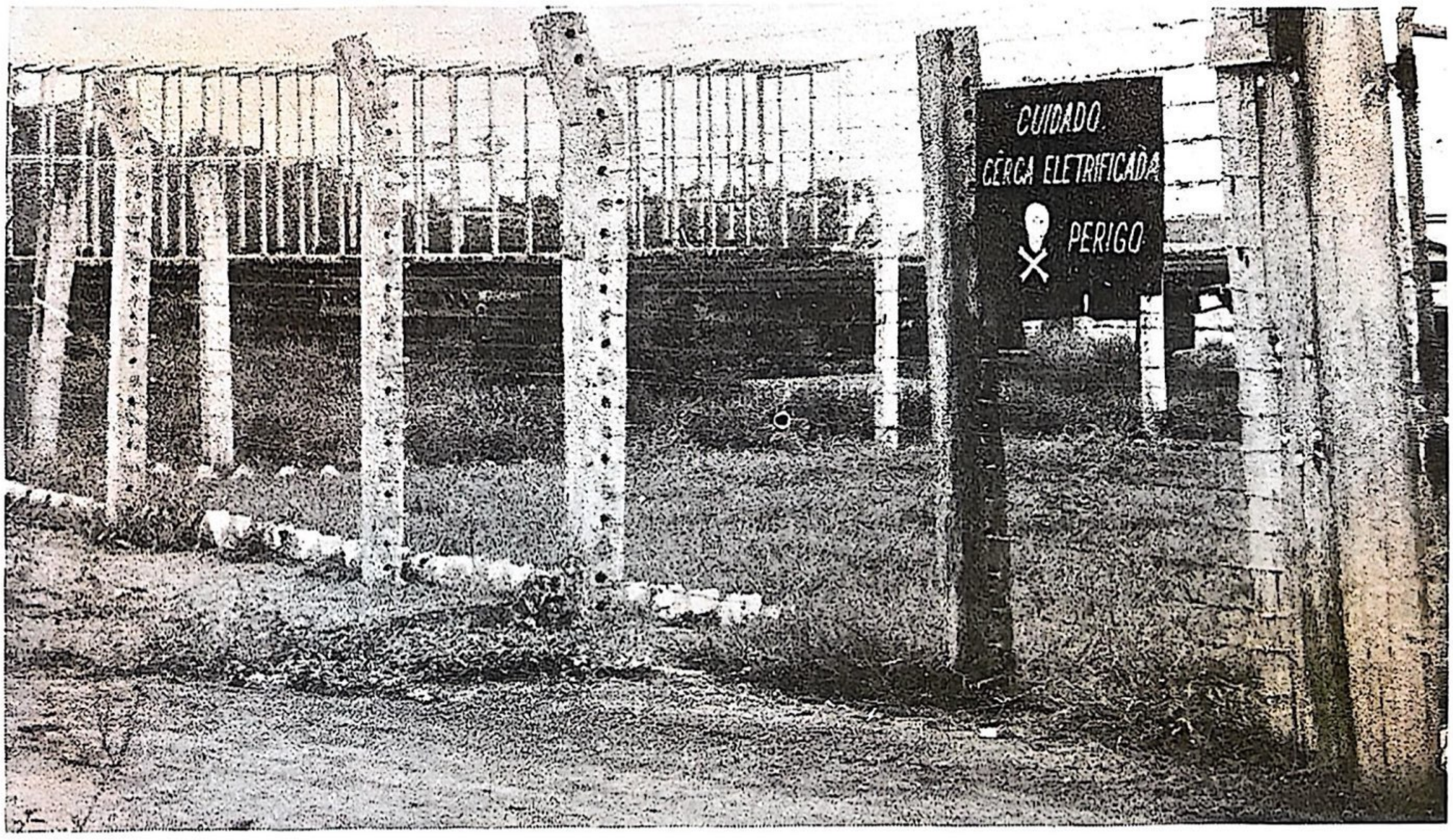
"Disseram que tinha que quebrar, que não parava mais com o serviço, que a terra era deles. Disseram que vão quebrar a terra de todo mundo. Quando saí de lá e voltei na minha casa, já as máquinas estavam quebrando tudo. E aí não pararam mais e derrubaram tudo. Temos cinco filhos e esperamos mais um para janeiro. Somos fracos. Vivemos dos braços e essa terra é nossa terra. Ficamos aqui e vamos ficar aqui".

Antonio Bittar, o representante da Agropig na área, contesta as denúncias dos posseiros: "Não há briga da firma com os posseiros, nós sempre nos demos bem. O que está existindo, essa agitação toda, está sendo feita pelos padres, dom Celso, frei Henrique, padre Osterval, padre Geraldo. Esse missionário Nicola é um comunista, que foi preso em Vanderlândia e diz que é agente pastoral. Vive aí nas fazendas, mandando invadir a terra dos outros. O frei Henrique foi preso em Araguaína e é francês. Quando nós começamos a trabalhar na área, encontramos esse povo, mas tem no meio muitos invasores. Muitos posseiros hoje trabalham na firma, fazendo desmatamento, plantando pastagem. Nós vamos plantar babaçu, caju, fazer construções, tem muito serviço".

Diante do impasse, a Apropig mandou notificar os posseiros e estes, por sua vez, através da CPT, ingressaram na Justiça com um pedido de manutenção de posse. Os posseiros, apesar de só serem conhecidos pelo primeiro nome, foram rapidamente localizados e notificados no meio da mata. Já o presidente da Agropig, Edson Pontes, não pôde ser localizado e, por isso, não houve a primeira audiência marcada para o dia 3 de novembro. O oficial de Justiça foi à sede da empresa e não encontrou ninguém para ser notificado. "A empresa existe para notificar posseiros, mas, quando ela é intimada, não encontram ninguém", queixou-se o advogado Osvaldo de Alencar Rocha.

Enquanto a Justiça decide a questão, os tratores da "Goiás Rural", contratada pela Agropig, continuavam derrubando 40 alqueires de matas a cada 24 horas, destruindo o que ainda restava de um dos últimos quilombos de que se tem notícia, símbolo de uma resistência secular. Quando a Justiça enfim se manifestar, talvez já seja tarde demais e aos orgulhosos, saudáveis, auto-suficientes posseiros da Fazenda Penha só restará engrossar as favelas dos novos tempos, do outro lado do rio, do outro lado do mundo.

7. A NOSTALGIA DO SENADOR BIÔNICO



"O problema fundiário remonta à ocupação do território nacional", proclama o senador Benedito Ferreira, biônico do PDS de Goiás. Um dos pioneiros da conquista do norte do Estado, para onde atraiu seus amigos investidores do Sul, Ferreira é hoje, ao lado do deputado federal Siqueira Campos, também do PDS, um líder inconteste dos latifundiários e pecuaristas da região.

Em sua sala do frigorífico "Frigomar", em Araguaína, onde o aguarda uma marmita de bóia-fria, cercado de capatazes e outros fazendeiros, protegido por uma cerca eletrificada com 21 fios de arame farpado, o senador alega não ter tempo, mas acaba dissertando longamente sobre a legislação fundiária e suas implicações nos conflitos que pipocam à sua volta.

Partindo das "50 léguas de testada no Atlântico e 330 quilômetros para o interior de cada sesmaria concedida aos donatários", o senador chega a 1842. Até aí, localiza ele, o Brasil vivia "sob o regime do Morgadinho", norma jurídica portuguesa, segundo a qual só o primogênito tinha direito à herança de terras.

"Foi o regente Feijó que aboliu esse absurdo da legislação, determinando que a propriedade fosse dividida entre os herdeiros, com a Lei 601, que entrou em

vigor em 1854", vai lembrando. Segundo ele, para a elaboração desta lei foi feito um cadastramento geral — "uma espécie de Incra da época" — que definiu quais as terras concedidas pela Coroa com domínio pleno (tituladas) e as que eram de domínio útil (posse).

Em seu artigo 1.º, esta lei proibia a aquisição de terras públicas por outro título que não o de compra, vedado o "usucapião". Isso foi feito, afirma o senador, "para acabar com a boa vida de malandros, amigos da Coroa, que recebiam terras e nem aqui vinham, ficavam pelo litoral, instituindo-se a prescrição aquisitiva".

De outro lado, em seus artigos 4.º e 5.º, a lei tratava da legalização de posses nas áreas sem documentos legais, mas com cultura efetiva e morada habitual, "justamente para evitar conflitos". Benedito Ferreira diz que "o imperador queria com isso controlar a ocupação do território nacional e fazer justiça àqueles que ocupavam a terra, titulando essa gente".

Mas reside exatamente aí a origem de muitos dos atuais conflitos, já que a titulação era feita nos famosos registros paroquiais. Bastava que o pretendente de uma área comunicasse a dimensão de sua posse ao vigário. Sem condição de verificar a veracidade das informações prestadas, o vigário, via de regra, acabava registrando a mesma área para mais de um pretendente, exatamente como ocorre hoje com o cadastramento feito pelo Incra. Foi nesse terreno fértil e juridicamente pantanoso que começaram a agir mais tarde os grileiros.

"Os grileiros, esses fazendeiros do asfalto, só vêm aqui para fazer comércio com documentos e os casos vão parar na Justiça. Acontece que mandam para o interior juízes iniciantes, sem condições de resolver esses problemas. Nós temos aqui uma verdadeira indústria de registros paroquiais", afirma Benedito Ferreira.

Lembra o senador que, "quando o ouro acabou,

nós ficamos aqui ilhados, 120 anos isolados do mundo, vendíamos bois com 15, 20 anos por total falta de condições. O grileiro só vem aqui depois das obras públicas que valorizam as terras, antes ninguém queria terra aqui", protesta, sempre alegando sua condição de pioneiro. Embora diga que "já respondi até IPM por defender posseiros", hoje Ferreira se coloca na linha de frente dos que protestam contra a atuação da Igreja nos conflitos de terra em favor dos posseiros.

"Inventaram a indústria da posse — denuncia. Tem muito malandro, vadio, invadindo terras dos outros, insuflado por falsos religiosos. Depois do Vietnã e do Camboja, por falta do que fazer, querem trazer a guerrilha para cá e, quando são presos, dizem que são religiosos". Indagado sobre quem seriam esses religiosos, o senador citou o missionário italiano Nicola Arpone e um padre Miguel, de São Geraldo.

Quando da expulsão do padre italiano Vito Miracapillo, a pretexto de cumprimentar o presidente João Figueiredo pela sua decisão, outras "lideranças da classe rural" enviaram-lhe um documento, que reflete o pensamento do senador Benedito Ferreira e dos demais fazendeiros reunidos no frigorífico de Araguaína.

"As lideranças rurais e políticas, reunidas em Goiânia, por ocasião da 22.ª Exposição de Gado Leiteiro e Cavalos Marchadores, decidiram manifestar solidariedade a Vossa Excelência pela coragem e patriótica decisão de expulsar o desrespeitoso padre Vito Miracapillo, esperando idêntica medida para o padre Pedro Casaldáliga", diz o documento. Casaldáliga, como se sabe, não é padre, mas o bispo de São Félix do Araguaia — o primeiro religioso a denunciar os problemas sociais gerados na Amazônia pela forma de ocupação definida pela política governamental, a partir do início dos anos 70, o que beneficiaria claramente os signatários do documento.

São eles: Flávio de Brito (presidente da Confederação Nacional da Agricultura); Leonino Caiado (ex-governador de Goiás); Rogério Gouthier Fiuzza (secretário da Agricultura de Goiás); Manoel dos Reis (presidente da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura); João Bosco Louza (presidente da Goiasrural); Antonio Alves de Carvalho (vice-presidente do Banco Brasileiro de Comércio); Antonio Carlos Barbieri Filho (presidente do Sepes, dirigente da Liga Anticomunista); Rubens Guerra (ex-prefeito de Goiânia); Samuel Zacarias (empresário rural); Nelson Baeta Neves (presidente da Associação Brasileira de Criadores de Búfalos); Greide Ribeiro (diretor da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura); Edilberto Nascimento (engenheiro e empresário rural); Romildo Coutinho (empresário); Josias Luiz Guimarães (presidente do Sindicato Rural de Goiânia); Camargo Júnior (ex-presidente da Sudeco — Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste); Aleonor Cupertino de Barros (ex-delegado do Tribunal de Contas de Goiás); Moacir Araújo Ribeiro (empresário rural); Antonio Severino de Medeiros (empresário rural); Olimpyo Jaime (ex-deputado estadual); Cid Albernaz de Oliveira (diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás); José Salles (hoteleiro); Romualdo Luiz Ferreira (ex-presidente do Sindicato Rural de Goiânia) e Colombo Baiocchi Filho (presidente da Enater-Goiás).

Os mesmos setores atuariam junto ao governador de Goiás, Ari Valadão, para solicitar ao presidente João Figueiredo a expulsão de outros dois religiosos, o missionário italiano Nicola Arpone (citado por Benedito Ferreira, que se encontra atualmente na Itália) e o frei francês Henri des Roziers (preso recentemente durante operação policial na região do "Bico do Papagaio").

Igreja à parte, o que tranqüilizou estes setores ultimamente foi o garimpo. "Serra Pelada acalmou essa indústria de posse liderada pelos religiosos" — afirma o senador Benedito Ferreira. "Antes, esse Nicola Arpone conseguia reunir 700, 800 posseiros, não era brincadeira. Eles estão aproveitando as falhas da lei para insuflar os posseiros e nós, legisladores, somos responsáveis por isso".

Para Benedito Ferreira, uma das soluções está no seu projeto de lei modificando o Código Penal, "para enquadrar o usurpador de terras em crime inafiançável". Instado a dar os nomes desses usurpadores de terras, porém, o senador lembrou-se apenas de um certo João Inácio e de um americano que conhece apenas por Stanley, segundo ele preso em 67.

O certo mesmo, afirma o senador biônico, teria sido a aplicação dos atos institucionais para resolver a questão fundiária, o que hoje já não é possível. Ele diz que chegou a ter uma "séria discussão com o presidente Geisel" sobre esse assunto, mas este, segundo o senador, mostrou "excesso de escrúpulos".

"Geisel pensava que estaria prejudicando direitos legitimamente constituídos", depõe o senador, caso fossem contestados os títulos considerados imprestáveis, voltando-se à fase administrativa.

Agora, Ferreira acredita que a situação só se resolva com uma "emenda constitucional que revogue todos os efeitos processuais produzidos até aqui nas ações que estão ajuizadas". E, segundo ele, dois terços das terras acima do Paralelo 13 estão "sub-judice" e "todas as ações discriminatórias ajuizadas em desrespeito à lei", devendo rètornar à fase inicial.

Ou seja, é preciso refazer tudo e ele próprio não acredita nesta possibilidade, não vê uma saída a curto prazo. Nestes momentos de impotência diante do fato consumado, o senador sofre crises de nostalgia e recua

no tempo até os anos de 62, 63, quando era atacadista em Goiânia e temia que os comunistas ateassem fogo aos seus armazéns. Por isso, diz, resolveu investir em terras do norte de Goiás, com o objetivo de "dar uma função social a elas". Mas, constata, "a questão fundiária só tinha uma saída com o AI-5. Agora, não tem mais jeito".

Notório antidivorcista, Ferreira diz que por isso passou a ser qualificado na imprensa de "um dos mais retrógados líderes católicos do país". Na verdade, retruca, esta qualificação se deve a uma providência que tomou para "acabar com uma mamata de jornalistas no Senado". De qualquer forma, ele afirma que "a Igreja se desviou da Bíblia. O Brasil não pagará nunca o que a Igreja Católica fez por este país, mas essa igreja do ié-ié-ié, isto é deboche".

Benedito Ferreira empolga-se com suas próprias palavras e aumenta o tom de voz: "Eu fui engraxate, vendi jornais na rua, mas meus inimigos nunca falaram que roubei para ter o que tenho. Por isso, nunca tive que matar ninguém".

Logo, porém, cai novamente em depressão: "O que vai acontecer daqui a uns 30 dias, quando parar o garimpo de Serra Pelada por causa das chuvas? Vêm 30 mil homens para cá, vão fazer o quê?". O senador não acredita que a troca de siglas, de Incra para Getat, ajude a resolver o problema da terra: "O Getat é ocioso porque não tem instrumental jurídico para atuar, já nasce obsoleto".

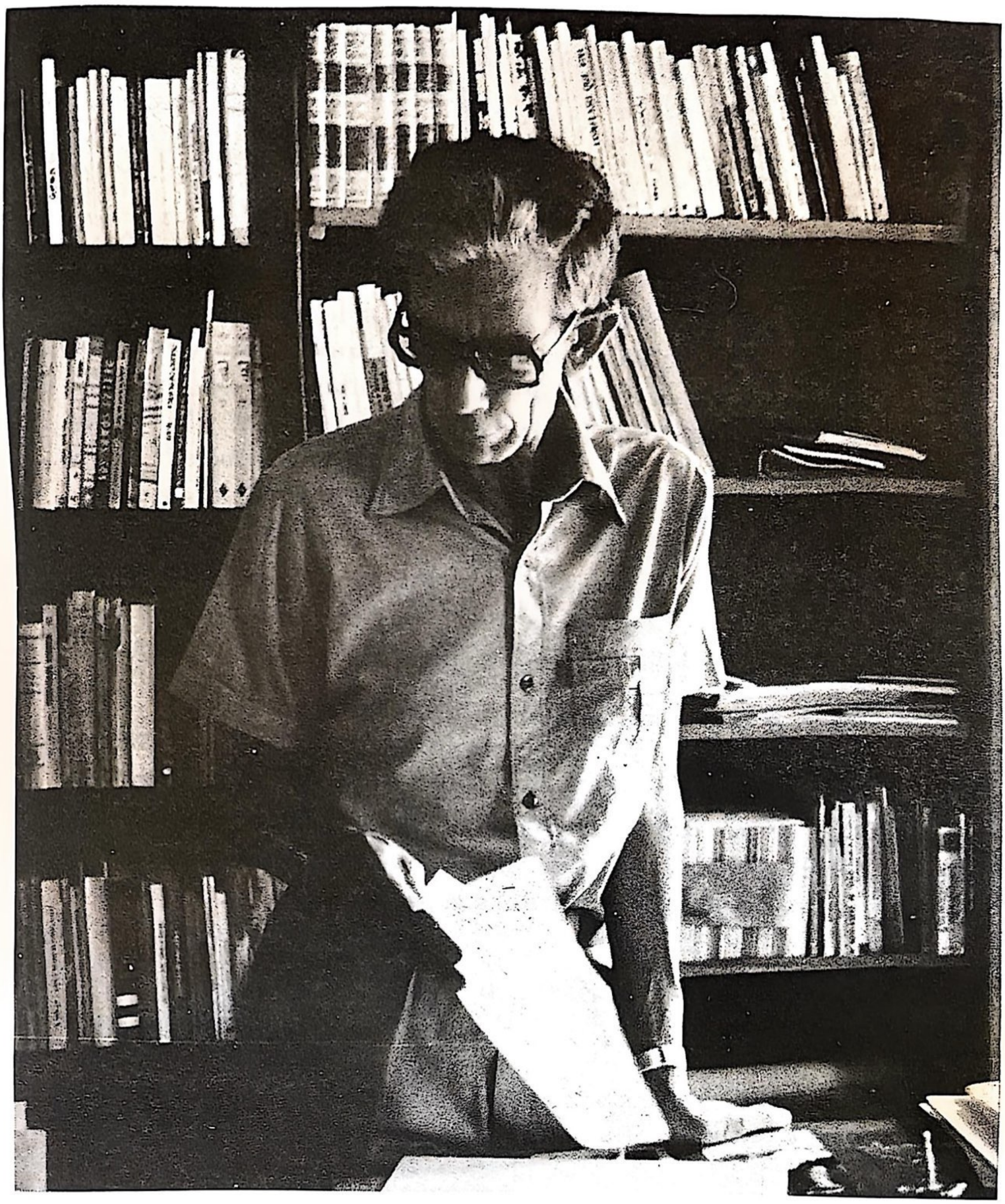
Para provar o que diz, Ferreira volta ao século passado, lembrando que o artigo 3.º da Constituição de 1891 já reservava uma área de 14 400 quilômetros quadrados no planalto goiano para a instalação da futura capital do Brasil. "Mas, graças ao artigo 150 da Constituição de Goiás, que desrespeitava a Constitui-

ção Federal, conseguiram grilar até a área reservada para Brasília . . . ".

"O problema vai continuar e se agravar, não tem solução, afirma, enfático, repetindo quase as mesmas palavras do bispo de Porto Nacional, Celso Pereira de Almeida, que hoje se encontra em posição claramente contrária à sua.

A marmita continua esperando sobre a mesa, os outros fazendeiros criticam o consumismo estimulado pela televisão, falam em defender as tradições, mas Ferreira se mostra cético. E desenvolve uma teoria para explicar a mudança nas posições da Igreja: "Com a deserção dos seminários, o Partido Comunista, habilidosa e inescrupulosamente, colocou a meninada lá dentro. O que temos hoje são comunistas padres e não padres comunistas".

8. O BISPO NO CENTRO DO CONFLITO



Magro, simples no vestir e no falar, irônico e desconfiado como bom caipira do interior paulista, Celso Pereira de Almeida, 52 anos, teria tudo para ser um pacato lavrador ou pároco de aldeia em Santa Cruz do Rio Pardo, onde nasceu. Mas, em 72, ele foi nomeado bispo auxiliar de Porto Nacional, no norte de Goiás, e hoje ele é o odiado d. Celso — odiado por fazendeiros, grileiros, juízes, policiais e funcionários do governo — e, ao mesmo tempo, o santo d. Celso — santo dos posseiros, favelados, de todos os oprimidos.

Aconteceu tudo muito rápido. Em 76, d. Celso assumiu a diocese e tempos depois foi escolhido presidente da Comissão Pastoral da Terra, regional Araguaia-Tocantins, deixando-o no centro de um conflito cada vez mais agudo, em que antigos posseiros começaram a ser expulsos de suas terras por grandes grupos nacionais e estrangeiros.

Até o asfaltamento da Belém-Brasília, o bispo partilhava da vida tranqüila de Porto Nacional, em que fazendeiros e pequenos posseiros conviviam sem atritos e não havia os contrastes sociais que hoje atormentam a região. D. Celso fazia parte de uma Igreja mais tradicional, mais voltada às festas religiosas e à

pastoral dos sacramentos. "A gente não se envolvia tanto com os trabalhos sociais", recorda ele.

Foi a partir dos primeiros encontros com outros bispos da região, especialmente Pedro Casaldáliga, Tomás Balduíno, Fernando Gomes dos Santos, Antonio Batista Fragoso, José Maria Pires, que o problema da terra começou a despertar as preocupações de uma nova Igreja, desvinculada do latifúndio e do governo, uma Igreja que começava a fazer sua opção preferencial pelos pobres — no caso, os posseiros.

Viajante incorrigível, bispo itinerante, d. Celso fazia visitas constantes às paróquias da diocese e foi numa delas, em 74, que a sua paz começou a acabar. Utilizando os poderes persuasórios de um bando de jagunços, o todo-poderoso coronel Antonio Pereira da Silva (ex-prefeito de Paranã, ex-deputado, atualmente suplente de senador "biônico" pelo PDS de Goiás) havia "comprado" a Fazenda Piabanha, em Palmeirópolis, numa operação em que foram desalojadas dezenas de famílias de posseiros, sendo queimadas suas casas.

D. Pedro Casaldáliga iria prestar por aqueles dias um depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito, em Brasília, que investigava a questão fundiária, e d. Celso lhe forneceu farta documentação sobre as atividades do coronel Antonio Pereira da Silva. Bastou isso para que o bispo de Porto Nacional começasse a sofrer ameaças de fazendeiros, sendo logo chamado de "comunista".

Os posseiros antigos, tocados pela seca do Maranhão, do Piauí, do Ceará, passavam a viver sua segunda diáspora, com a chegada de novos senhores da terra, como o ex-deputado Adail Santana, ligado ao atual governador de Goiás, Ari Valadão, doutores como Francisco Munhoz, de Pedra Lascada, e uma batelada de compradores de terra vindos de São Paulo e do Rio

Grande do Sul. "Na maioria dos casos — afirma d. Celso — os posseiros vendiam suas terras porque sabiam que, se não o fizessem, amanhã ou depois elas seriam tomadas por bem ou por mal".

A situação se agravaria a partir da inauguração da ponte sobre o rio Tocantins, dando acesso direto de Porto Nacional à Belém-Brasília, obra que valorizou aquelas terras antes esquecidas. Pouco depois, começava a corrida ao ouro, estimulada pelo próprio governo: "A polícia e os agentes dos órgãos do governo convidam os posseiros para entrar nos garimpos. Com isso, eles abandonam suas terras e, quando voltam, já as encontram ocupadas, cercadas".

Em Almas, no final de outubro de 1980, depois de percorrer 70 quilômetros a cavalo, d. Celso encontrou um fazendeiro de São Paulo tentando expulsar 20 famílias; em São João, Palmeirópolis, Urubu, Goianorte, investidores paulistas estão constantemente tentando tomar as terras dos posseiros. Embora os antigos moradores tenham toda documentação em ordem, inclusive com recibo de pagamento de impostos, os novos senhores chegam com outros documentos e se declaram proprietários das terras.

"A coisa mais fácil é fazer documentos de registro de terras com mais de cem anos. Existe uma técnica especial em que, com o auxílio de uma lamparina, fazem os documentos parecer velhos. Como os posseiros mal conhecem dinheiro, não têm idéia de valor, e são ameaçados por fazendeiros que chegam acompanhados de policiais, jagunços e oficiais de Justiça, acabam entregando suas terras. Nós temos hoje um número cada vez maior de 'limpadores de fazenda', pistoleiros contratados por 200, 300 mil cruzeiros para deixar uma área livre de posseiros", constata o bispo de Porto Nacional.

D. Celso não acredita que a criação do Getat pos-

sa alterar esse quadro. "O Getat é o governo que apenas trocou de camisa, porque continua utilizando os mesmos funcionários do INCRA que ajudam os fazendeiros a limpar a área", denuncia o bispo. Ao contrário, a situação apenas se agravou, o que levou a CPT regional, presidida por d. Celso, a divulgar um documento em outubro de 1980, sob o título "O Getat e a violência", em que a Igreja faz sérias críticas ao governo.

"Os problemas fundiários do norte de Goiás, sul do Pará e sudoeste do Maranhão já eram amplamente conhecidos quando foi criado o Getat, como resposta oficial aos conflitos de especial violência numa área até cogitada como o novo Estado dos Carajás. Oficializava-se a presença do Conselho de Segurança Nacional em regiões de especial interesse pela sua riqueza e sanha de empresas e grupos nacionais e multinacionais", diz o documento.

Mais adiante, a CPT afirma que, após uma reunião que contou com a participação de representantes da diretoria nacional, decidiu-se "responsabilizar o Getat e, portanto, o Conselho de Segurança Nacional, pelos novos conflitos na área de sua jurisdição, usando a violência e a repressão policial, além de alianças com o Judiciário. para expropriar os posseiros em benefício das empresas e dos latifundiários, e desrespeitando o próprio andamento da ação discriminatória da área, ajuizada na Justiça Federal."

O documento lembra fatos como "os títulos entregues aos grileiros e pretensos donos Edésio Ferreira de Souza, do povoado de Sumauma, em 14 de abril, e Geraldo Rosa, de São Félix, a 5 de agosto de 80. Em Marabá, Pará, na sede do Getat, posseiros foram obrigados a assinar papéis em branco em 15 de setembro. Nos dias da operação policial efetuada entre 8 e 14 de setembro, o carro da Getat circulou nas localidades onde se efetuaram os despejos e nas fazendas onde estavam

presos vários posseiros, vistoriando até a derrubada de casas; em Conceição do Araguaia, Pará, títulos definitivos foram entregues a lavradores e posteriormente recolhidos; em 12 de setembro, estava presente na região chamada de 'Bico do Papagaio', Goiás, o procurador-geral da República, dr. Gildo Ferraz, integrante da alta direção do Getat, acompanhado pelo coronel Aníbal Coutinho, comandante da PM de Goiás, o que dá à violenta ação da polícia, grileiros e jagunços, a cobertura e o aval do citado órgão executivo e o envolvimento de suas instâncias superiores, que são o Conselho de Segurança Nacional e o Governo Federal".

Conclui o documento afirmando que "diante destes fatos e diante do cinismo das autoridades, e especialmente do próprio Getat, que, às denúncias já formuladas e suficientemente provadas, responde com o engodo da distribuição de alguns títulos, que só beneficiam grandes fazendeiros ou, eventualmente, alguns posseiros, não podemos nos calar. (. . .) Consideramos o Getat como o primeiro responsável pelo 'operação-limpeza' da área sob sua jurisdição, expulsando posseiros e reservando as terras para latifundiários, empresas nacionais e multinacionais, indo contra os verdadeiros interesses do povo brasileiro, transformando este órgão num inimigo dos lavradores e num inimigo da própria nação brasileira. Exigimos a responsabilidade do Governo Federal para que os legítimos direitos dos lavradores da região sejam respeitados e efetivados legalmente".

É difícil conciliar a imagem frágil do bispo de Porto Nacional com colocações de tal forma duras e contundentes, mas basta viajar pela região para se entender que as próprias circunstâncias empurraram este pacato caipira paulista para a posição em que se encontra. "Eu tinha muitos amigos em Porto Nacional, que hoje nem olham para mim. Dizem que padre tem

que rezar missa e não se meter "nessa briga de terras", lembra d. Celso.

Para ele, "há uma aliança clara entre a política do governo e o poder econômico. A política econômica desenvolvimentista parte da tese de que o pequeno proprietário não produz, planta apenas para comer, e não para exportar. Nasce daí a aliança entre a política, o Judiciário e a polícia com o poder econômico. Temos hoje mais de 10 mil famílias em áreas férteis do 'Bico do Papagaio' que não estão produzindo nada, porque as terras foram ocupadas por empresas nacionais e multinacionais que se dedicam à criação de gado".

Outro fato que chama a atenção do presidente regional da CPT é a multiplicação das serrarias, que vão deixando verdadeiros desertos por onde passam, desmatando a região sem piedade. Cita o caso de Xambioá, onde havia 19 serrarias em 1979 e hoje há 41 em atividade, com toda sua produção sendo exportada para o Canadá, Estados Unidos e Japão. Dentro desse quadro de terra sem lei, em que se impõe o poder do mais forte, é até natural que, como conta d. Celso, o coronel Pereira se dirija nestes termos a um posseiro negro que expulsou da terra: "Vocês vão comprar terreno lá na lua..."

De pouco adianta, observa d. Celso, que dentro desta situação de violência absoluta, os militares procurem agora apresentar uma nova imagem, com suas incursões às áreas em conflito para distribuir remédios, roupas, documentos pessoais. "A repressão ao pequeno posseiro é uma constante e, quando eles encontram um homem de farda, ficam com medo. Os pequenos querem legalizar suas terras, mas o INCRA não demarca as áreas. O INCRA só faz demarcações para os grandes que querem comprar áreas de milhares de hectares".

A nova postura da Igreja de denunciar as arbitrariedades praticadas contra os antigos donos da terra

é que tem provocado, segundo d. Celso, os constantes atritos com o Estado. "A expulsão do padre Vito Miracapillo fez o governo tirar a máscara e definiu bem como estão as relações Igreja-Estado. Ou a Igreja parte para um trabalho bem concreto contra o regime vigente, ou então capitula".

"No momento, eu ainda recomendo que os posseiros ameaçados recorram às autoridades do governo, ao INCRA, ao juiz. Mas de cada 10 causas dos posseiros na Justiça, quando muito ganham uma. A atual política do governo não está respeitando os direitos dos posseiros. Por isso, eu acho que o pior ainda está para acontecer, na medida em que os posseiros deixarem de seguir os conselhos da Igreja para buscar uma solução pacífica", afirma d. Celso Pereira de Almeida.

Com a criação do Getat, diz ele, "a limpeza da área tornou-se ainda mais rápida e irreversível, porque o Exército e os órgãos de segurança não precisam recorrer a ninguém; legalizam as áreas e dão aos fazendeiros". D. Celso localiza a origem deste verdadeiro ataque às terras da sua diocese num "esquema de ministérios, em que homens do governo ou a ele ligados têm conhecimento prévio dos planos de desenvolvimento para a região e, a partir disso, ocupam terras que sabem que serão beneficiadas e valorizadas". É o caso do projeto da estrada Paranã-Filadelfia, paralela à Belém-Brasília: "O ex-ministro Shigeaki Ueki, presidente da Petrobrás, comprou dois mil alqueires na área".

Para sentir as conseqüências desta política, d. Celso não precisa ir muito longe. Não precisa nem sair da cidade: em dois anos, a população urbana de Porto Nacional subiu de 15 para 22 mil habitantes. Quatro novos bairros brotaram na periferia da cidade e, em sua quase totalidade, são ocupados por antigos posseiros expulsos de suas terras, que agora vivem de fazer "juquira" (expressão regional que define "bico", tra-

balho temporário, como levar lixo das residências, limpar quintais, capinar, etc.).

Separado da cidade pelo aeroporto, cuja pista está sendo asfaltada, como convém aos novos tempos desenvolvimentistas, fica o bairro Novo Planalto, com suas cerca de 100 casas de pau-a-pique ou adobe, cobertas muitas vezes por folhas de palmeiras. Aqui mora Maria Ermelinda Pereira Matos, 34 anos, 6 filhos — uma história igual à dos outros 300 moradores do bairro.

Maria e seu marido Lourival Pereira da Silva vieram da zona rural de Lageadinho, onde trabalharam na roça durante 14 anos. Um dia, Reginaldo Borges resolveu vender as terras onde estavam como agregados para Sebastião Rodrigues, que não os queria mais lá. Deu-lhes 20 mil cruzeiros a título de indenização pela lavoura e pela casa que haviam construído. "Só de transporte da mudança, pagamos 5.500 cruzeiros. Na roça, a gente tinha batata, arroz, feijão, abóbora, banana, mandioca, galinhas, uns porquinhos. Não comprava nada de comer".

Agora, trabalhando como cavador de poço, Lourival ganha dois, três mil cruzeiros por mês. Maria ganha mais um pouco lavando roupa para fora. E se lamenta: "Aqui, se a gente ficar doente não tem garantia nenhuma. Nem comida vai ter para os filhos. Na roça, tudo era mais fácil, nunca faltava comida". Com Maria e Lourival foram expulsas mais 30 famílias da área do Lageadinho, que hoje vivem como eles na periferia das cidades. Outro dia chegou José do Carmo, um aleijado, que ganhava a vida tocando sanfona nos bailes da roça. Na cidade, quem vai querer saber de sanfoneiro, ainda por cima aleijado, que nem sabe o que é um som da pesada, discoteque braba, a moda da cidade?

Logo virão outros, como a família de Roberto Gomes Ribeiro, 64 anos, há 40 posseiro de um lugar

conhecido por Fazenda Pati, onde sempre teve lavoura de arroz, feijão, milho. Encontramos Luiza, sua mulher, o filho Vitorino e o neto Arlindo na estrada que liga a Belém-Brasília a Porto Nacional, onde queriam falar com o bispo.

Expulsos das suas terras por um certo Celso Mourão, há seis anos eles pagam uma renda de 30 por cento sobre o que produzem a um certo Paulo Aguiar. Desde 77, eles estão proibidos de trabalhar nas terras onde sempre trabalharam e viveram. Doente, com 7 filhos, 12 netos, o posseiro Roberto Gomes Ribeiro tentou de tudo, em vão: falar com o bispo é a última esperança de dona Luiza, uma senhora gorda e decidida, que há muito deixou de comer carne, embora viva cercada pelo gado dos fazendeiros.

"Sempre pagamos os impostos direitinho e agora somos obrigados a trabalhar na renda, dar a terça parte para os outros. O pobre não pode mais nem plantar mandioca porque vem o gado do rico e come toda a lavoura. Aqui só quem tem direito é rico, é quem tem gado. Que é que pode fazer um pinto na mão de um gavião?", pergunta ela.

D. Celso certamente irá ajudá-la, como faz sempre que é procurado pelos posseiros, com suas queixas e dramas sempre iguais. Mas sabe que terá poucas chances: o Celso Mourão de quem ela fala, que cercou suas terras e só deixou livre a casa que fica à beira da estrada, é um fazendeiro muito conhecido e respeitado na região. "É ele quem compra gado para o governador Ari Valadão", explica d. Celso, balançando a cabeça, como quem diz: o que é que eu posso fazer?

Biografia

Ricardo Kotscho nasceu em São Paulo, tem 33 anos, é repórter. Iniciou sua carreira em 1964 na extinta "Folha Santamarense", passando no mesmo ano para a "Gazeta de Santo Amaro", ambos jornais de bairro de São Paulo. Em 1967, foi para o "Estado de S. Paulo", onde trabalhou até 1977, exercendo as funções de repórter, redator, pauteiro, chefe de reportagem, editor de esportes e editor local. Foi correspondente do "Jornal do Brasil" na Europa, no período 77/78, sediado em Bonn, Alemanha Federal. De volta ao Brasil, trabalhou na revista "Isto É" e no "Jornal da República". Em fevereiro de 1980, foi para a "Folha de S. Paulo", onde trabalha atualmente. Por seus trabalhos, ganhou três vezes o "Prêmio Esso de Jornalismo" e foi condenado a um ano e quatro meses de prisão pela Lei de Imprensa. Em parceria com Luís Sérgio Person, é autor da peça teatral "Pegando Fogo". Foi colaborador da revista "O Cruzeiro" e dos semanários "Opinião", "Movimento" e "Aqui S. Paulo". É autor dos textos do livro "A Greve do ABC". Casado com a socióloga Maria Carmen Nogueira Kotscho, tem duas filhas, Mariana e Carolina.

Impresso nas oficinas
SANTOS MARCONDES GRÁFICA EDITORA LTDA.
Rua Espirito Santo, 268 — Tel. 279-1659
Armazem 8 - Aclimação - São Paulo

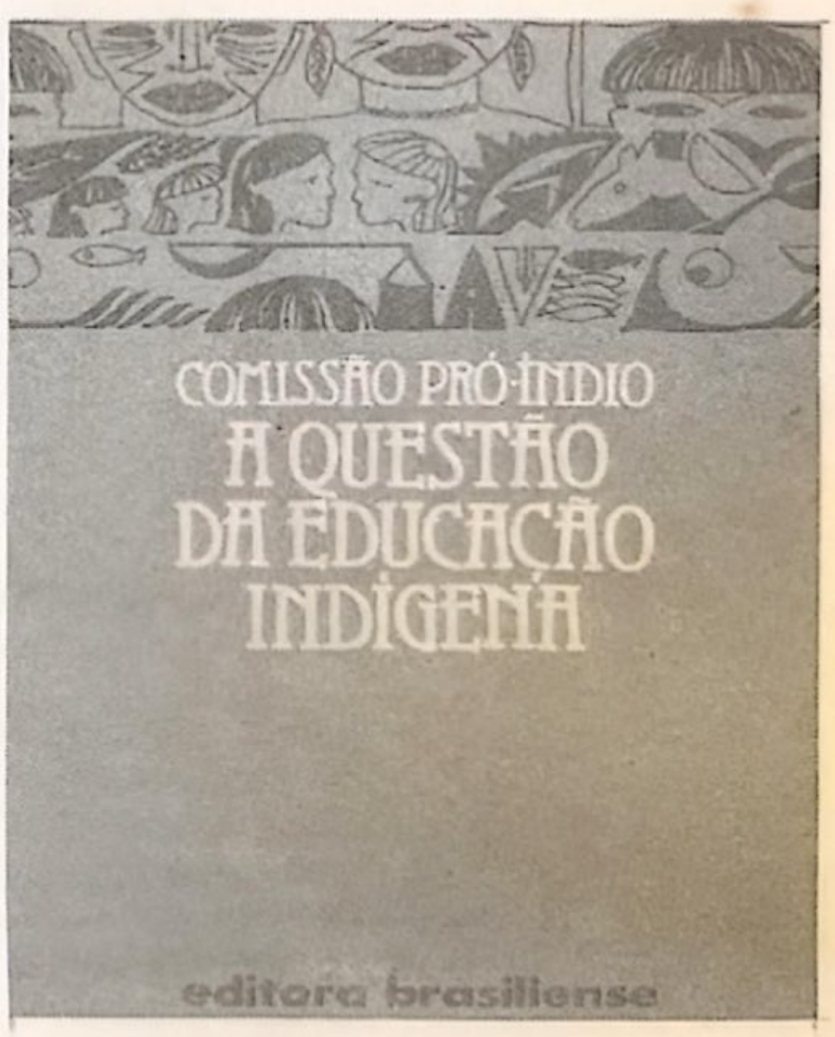
Terra Sem Mal: O Profetismo Tupi-guarani

Hélène Clastres

A Terra sem Mal é antes de tudo um lugar de abundância: o milho cresce sozinho e as flechas vão também sozinhas à caça. Uma terra livre, sem prescrições, sem proscrições. É a contra-ordem, a plenitude da liberdade. O trabalho e as leis são, portanto, o Mal criado pela sociedade. Este fascinante estudo tem um alcance muito além da singular visão religiosa tupi-guarani do Paraíso.

A Questão da Educação Indígena

Comissão Pró-Índio

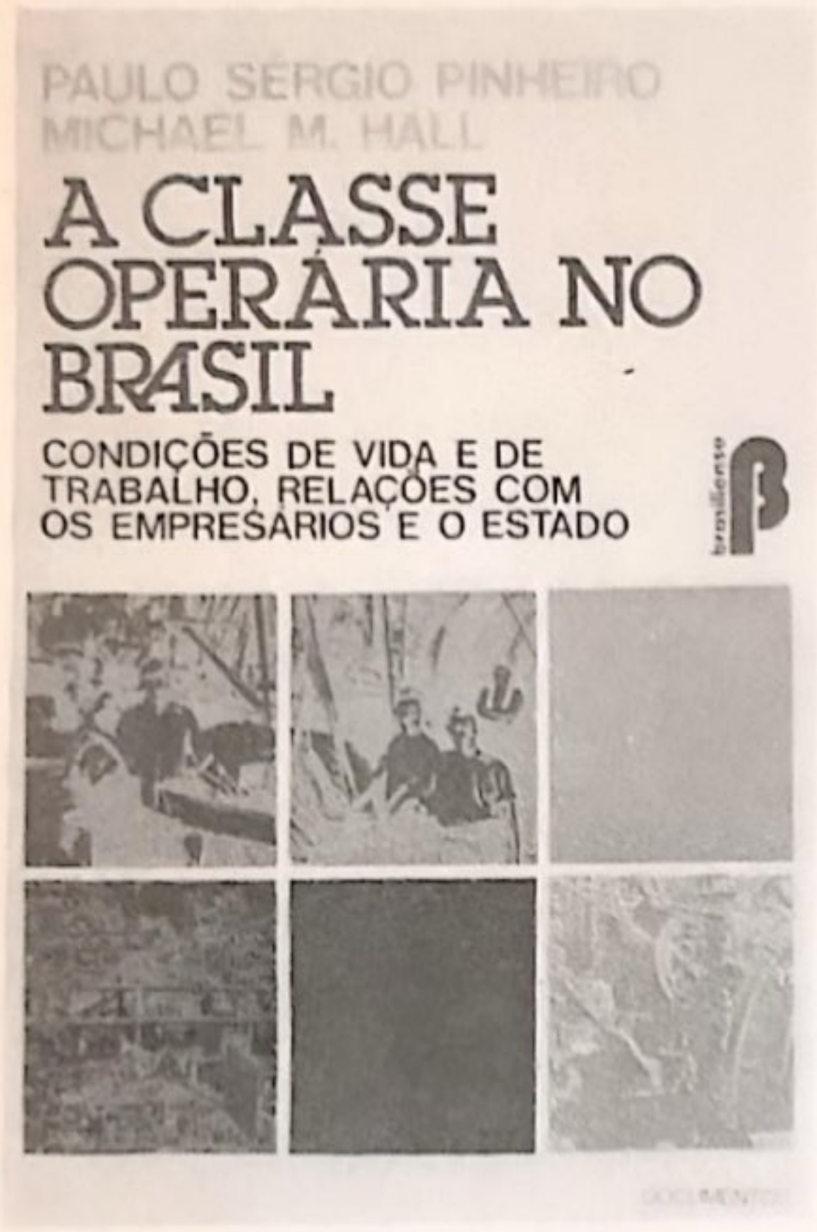


Subjacente ao problema da educação indígena, encontra-se a questão maior dos direitos dos povos indígenas: o direito à condução de seu próprio destino. Assim, evidencia-se a necessidade de uma educação que considere a especificidade desses povos.

A Classe Operária no Brasil 1889/1930

Documentos

Paulo S.Pinheiro/Michael M.Hall



Com este livro sobre a clase operária no Brasil (1889/1930), os autores pretendem "contribuir para que a história dessa classe venha a situar-se numa perspectiva mais larga, preocupada em abranger a classe operária em seu modo de vida e em suas práticas cotidianas, captando a complexidade de sua expressão na sociedade".

Brasil História: Texto e Consulta

Antônio Mendes Jr.
Luiz Roncari
Ricardo Maranhão

Vol. I — Colônia; Vol. II — Império; Vol. III — República; Vol. IV — A Era de Vargas

Uma História do Brasil que fala de seu povo, dos trabalhos e lutas do cotidiano Brasileiro, sem perder de vista a análise dos fundamentos de nossa formação social.

O MASSACRE DOS POSSEIROS

Ricardo Kotscho
Fotos de U. Dettmar

Os temas deste livro deveriam estar todos os dias na nossa consciência. Não estão. Estamos demasiadamente ocupados com o nosso mundinho urbano, como é natural, com as disputas político-ideológicas entre as nossas mais de duas dezenas de tendências, (. . .) Enquanto isso os conflitos vão crescendo. O número de vítimas — homens, mulheres e crianças — vai aumentando. No fundo da mata há choro e ranger de dentes, há fome e sede de justiça no fundo da mata.

Do prefácio de José de Souza Martins.

brasiliense